

CURSO BÁSICO DE ORM-PO

Nota: O Curso Básico da ORM – PO foi publicado em 1ª edição (mimeografada) logo após o IV Congresso da Polop, em set/1967. Uma 2ª edição, sob a forma de caderno, também mimeografado, saiu após a fundação da OCML – PO, em abr/1979. A digitalização foi efetuada com base nessa segunda edição.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA POLÍTICA OPERÁRIA

CURSO BÁSICO

As condições econômicas transformaram primeiramente a massa da população em operários. O domínio do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, então, essa massa já é uma classe relativamente ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta, da qual não assinalamos mais que algumas fases, essa massa se une constituindo-se numa classe em si. Os interesses que ela defende convertem-se em interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política.

(Curso Básico, Aula VIII)

SUMÁRIO

1. Apresentação

2. Aula I – Sociedade e classe

Sociedade – Sociedade escravagista – Sociedade feudal – Sociedade capitalista – Classe social – Revolução – Classes sociais no Brasil

3. Aula II – A Exploração capitalista

Mercadoria – Força de trabalho – Mais-valia – Lucro – Desenvolvimento capitalista no Brasil

4. Aula III – O proletariado, a classe revolucionária

O manifesto comunista – Pequena-burguesia – Pequenos camponeses – O proletariado industrial – A emancipação da classe operária – Particularidades da revolução proletária – Proletariado e teoria revolucionária – O papel do proletariado nas lutas de classes no Brasil

5. Aula IV – O Estado – instrumento de dominação de classe

O Estado: fenômeno histórico – O Estado burguês – O bonapartismo – O fascismo – Estado e revolução – O Estado burguês no Brasil

6. Aula V - Desenvolvimento capitalista e crises

Acumulação capitalista – Efeitos da acumulação capitalista – Superprodução e capacidade administrativa – Crises cíclicas capitalistas

7. Aula VI – O Imperialismo – fase superior do capitalismo

Imperialismo e capitalismo são inseparáveis – As cinco principais características do imperialismo: 1 – Monopólios; 2 – Capital financeiro; 3 – Exportação de capitais; 4 – Monopólios internacionais; 5 – Divisão territorial do mundo. – A associação imperialista – O domínio imperialista muda de forma – A exploração imperialista

8 - Aula VII – Da revolução socialista à sociedade sem classes

A conquista do poder político pelo proletariado – Como é que o proletariado exerce o poder? – Ditadura do proletariado e comunismo – Ditadura do proletariado na prática

9. Aula VIII – Classe e partido

Os sindicatos – O partido político do proletariado – O partido leninista – Três frentes de luta – Partidos e sindicatos no Brasil

10. Aula IX – O desenvolvimento econômico e político do capitalismo brasileiro

Origens do capitalismo brasileiro – O movimento operário – A revolução de 1930 – O Estado Novo – A redemocratização – Saturação e crise cíclica – A solução burguesa da crise – A crise geral do sistema

11. Aula X – Objetivos e tarefas dos comunistas brasileiros

Revolução socialista e proletária – Ditadura do proletariado e governo de transição – Processo revolucionário e tarefa da vanguarda – Mobilizar e organizar a classe operária – Classe e partido – Luta armada e revolução – Foco e insurreição proletária.

Aula I

SOCIEDADE E CLASSES

O que marca o mundo de hoje é a sua divisão em dois sistemas sociais diferentes. Dois mundos, duas sociedades irreconciliáveis se defrontam: a decadente sociedade capitalista e a nascente sociedade socialista.

No mundo capitalista - onde domina a propriedade privada dos meios de produção, isto é, onde fábricas, máquinas, terras e matérias primas pertencem a uma minoria privilegiada - reina a exploração do homem pelo homem. O sistema capitalista luta hoje desesperadamente para prolongar a sua vida, usando todos os recursos de pressão, mentira e violência para reprimir o latente movimento revolucionário que abala os seus alicerces.

O mundo socialista - onde a exploração do homem pelo homem está chegando ao fim a partir da eliminação da propriedade privada dos meios de produção - está em franca expansão, desde a primeira revolução socialista, vitoriosa na Rússia em 1917, até a recente revolução Cubana. Hoje, o sistema socialista abrange um terço da humanidade. Um entre três habitantes da terra, já vive em países que fizeram a sua revolução socialista.

O mundo capitalista abrange países muito diferentes um dos outros, como os Estados Unidos, altamente industrializados, ou como o Congo, simples fornecedor de matérias primas, e o Brasil, país que tem uma posição intermediária na escala do desenvolvimento capitalista. Mas, apesar das diferenças que os distinguem, o que faz com que esses países pertençam à mesma sociedade capitalista?

A mesma pergunta pode ser feita em relação à Tchecoslováquia, à China e à Cuba: apesar desses países estarem em diferentes graus de desenvolvimento e apresentarem diferenças quanto ao modo de vida, por que podemos afirmar que eles pertencem a um outro sistema social, a nascente sociedade socialista?

Que é afinal, um sistema social, uma sociedade?

Uma SOCIEDADE é constituída pelo conjunto de RELAÇÕES - tanto econômicas, quanto sociais, políticas, etc.- que os homens mantêm entre si, que os homens são obrigados a manter entre si. Os homens não vivem separados uns dos outros, não trabalham isolados, nem como indivíduos nem como famílias e nem mesmo, hoje em dia, como povos. Desde que a humanidade atingiu o chamado estágio de civilização formou-se no seu meio uma DIVISÃO DE TRABALHO e, conseqüentemente, uma crescente dependência mútua entre os homens. Havia antes uma divisão de trabalho entre aqueles que cultivavam a terra e os que se especializavam na produção de ferramentas fornecidas ao trabalhador rural. Do artesanato até a moderna indústria, essa divisão de trabalho cresceu e se tornou mais complexa, acentuando a especialização e, com isso, a dependência mútua entre as pessoas.

Não foi essa, todavia, a única divisão que se deu entre os homens. A história da civilização, isto é, a história escrita da humanidade, está estreitamente ligada ao problema da LUTA PELA PROPRIEDADE DOS MEIOS DE PRODUÇÃO. Essa luta se deu sempre entre aqueles que haviam acumulado muitas propriedades e os que não as tinham, ou não as tinham em quantidade suficiente para sua própria subsistência. De maneira geral, os senhores dos meios de produção estavam em condições de EXPLORAR OS OUTROS. Explorar significa apropriar-se do fruto do trabalho alheio. Os modos de exploração sofreram variações no decorrer da história ao variarem as formas de propriedade que garantem a uns a exploração sobre os outros. Cada sociedade é assim caracterizada pela predominância de determinada forma de propriedade e de exploração.

Na sociedade ESCRAVAGISTA, por exemplo, o escravo trabalhava para o senhor. Produzia no campo, nas minas, nas oficinas. O próprio escravo era propriedade do senhor, que lhe dava o sustento, ficando com o produto de seu trabalho. Toda a sociedade vivia então às custas desse trabalho escravo, estava organizada à base desse trabalho e possuía toda uma série de leis que sancionavam e regulavam essa forma particular de exploração.

Na sociedade FEUDAL, o principal objeto de exploração era o camponês. Chamado de servo da gleba, esse camponês estava preso a um pedaço de terra, sendo obrigado a dar uma parte de sua colheita ao senhor feudal e, sem retribuição, trabalhar determinado número de dias nos campos do senhor. As terras não eram propriedades definitivas desses senhores. Pertenciam aos reis ou à Igreja, que as "doavam" aos nobres em troca de serviços prestados, tomando-as de volta quando tinham força para isso. Mas toda a organização e legislação eram adaptadas às necessidades da exploração do camponês cujo trabalho sustentava toda a complicada hierarquia da sociedade feudal, da mais baixa nobreza e dos padres até os reis e papas.

Na sociedade CAPITALISTA - ou sociedade burguesa - como também é chamada - a maior parte das riquezas é produzida nas fábricas, resultado do desenvolvimento da ciência e da técnica, bem como da crescente divisão do trabalho. O operário que trabalha nesses centros de produção já não é, legalmente, nem servo nem escravo. Juridicamente o operário é livre, pode trabalhar ou deixar de trabalhar e pode empregar-se em lugar que ele próprio escolha. Mas é "livre" também de qualquer meio de produção, isto é, não tem um pedaço de terra de onde possa arrancar seu sustento, como no caso do camponês medieval, e nem possui aqueles instrumentos próprios de trabalho que permitiram ao artesão produzir independentemente. As fábricas, as máquinas, na maioria das vezes, até a própria casa em que mora, são propriedades de uma minoria, são propriedades dos capitalistas, ou seja, da burguesia. E como o operário não tem outros meios de subsistência, trabalha para o capitalista que se apodera do fruto de seu trabalho, entregando-lhe apenas o necessário para viver e continuar a trabalhar. Toda a estrutura social, política e jurídica da sociedade em que vivemos é adaptada ao funcionamento dessa forma de exploração capitalista.

Acontece, porém, que em toda a história - e muito mais hoje em dia - explorados e exploradores, ricos e pobres, e mesmo pequenos e grandes proprietários, nunca mantiveram boas relações entre si. *"Toda história é uma*

história de lutas de classes", disse Marx. Realmente, quando olhamos para trás vemos também que a história é uma seqüência de revoluções ou de tentativas de revoluções.

Mas, o que é uma classe? O que é uma revolução?

As CLASSES resultam justamente da divisão da sociedade causada pela propriedade privada, o que determina a posição dos homens em relação aos meios de produção, em relação à produção social. O proprietário de um latifúndio ocupa certa posição no processo de trabalho social. Essa posição difere da do diarista assalariado. O dono da fábrica, por sua vez, tem posição e interesses diferentes dos do operário.

Conforme define Lênin:

Chamam-se classes os grandes grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, por sua relação (na maioria das vezes fixada e consagrada por lei) com os meios de produção, por seu papel na organização do trabalho e, conseqüentemente, pelos meios que tem para obter riqueza social de que dispõem e o tamanho desta. As classes são grupos de homens, dos quais um pode se apropriar do trabalho do outro, em virtude da posição diferente que ocupam num regime determinado de economia social.

Para entendermos melhor essa definição, podemos perguntar, por exemplo, se os estudantes são uma classe social. Não, certamente, pois, antes de tudo, uma classe se define pela sua situação nas relações de produção social. Ora, os estudantes, enquanto estudantes, não têm papel na produção social. Eles são originários de determinadas classes que tem acesso ao ensino. Em geral, derivam da pequena burguesia ou de classe mais alta.

Por outro lado, os militares constituem uma classe? Tampouco são uma classe, embora a sua ocupação não seja passageira como é a vivência estudantil, pois o militarismo é uma profissão na nossa sociedade. Os militares também se originam de diversas classes. Em sua maioria, derivam da pequena burguesia. À medida que atingem os comandos mais altos, a hierarquia militar ainda oferece a eles a possibilidade de se integrarem na classe dominante, pois as Forças Armadas como instituição da sociedade capitalista, são um instrumento da burguesia.

Os metalúrgicos, por sua vez, também não podem ser tomados como uma classe social. Eles são os componentes de uma profissão que se enquadra na classe operária, pois compartilham da mesma situação social dos demais setores do operariado industrial e tem as mesmas contradições irreconciliáveis com os patrões. Participam do mesmo lado no choque de interesses que opõe proletariado e burguesia, na grande luta de classes da sociedade capitalista.

Chama-se REVOLUÇÃO o movimento culminante atingido pela luta de classes, a etapa em que uma delas se levanta, toma o poder, arrebatando-o das mãos da outra classe. Quando a burguesia francesa, há quase dois séculos, liderou o levante do povo vitorioso contra o absolutismo feudal, preparou o caminho para que o poder fosse manobrado por suas mãos, tornando-se assim a classe dominante da França. Tratava-se de uma

revolução burguesa. Em nosso século, o proletariado russo realizou a sua revolução vitoriosa em 1917, tirando o poder das antigas classes dominantes e iniciando a construção da sociedade soviética. Esta foi uma Revolução Proletária, ou Revolução Socialista, como é também chamada em função dos objetivos que se propôs.

Independentemente das diferenças de conteúdo dessas duas revoluções, realizadas em condições historicamente distintas, elas tem uma coisa fundamental em comum: a subida de uma nova classe ao poder, fato que alterou toda a estrutura social, a começar pelas relações de propriedade, até as cúpulas políticas, jurídicas e ideológicas da sociedade. Cada uma delas deu início ao desenvolvimento de um novo sistema social.

Na linguagem burguesa, "revolução" é freqüentemente sinônimo de qualquer golpe de oficiais descontentes ou, como ultimamente, até de movimentos reacionários destinados exatamente a evitar uma revolução, uma transformação das relações sociais. Porém, tanto neste caso, como no do abuso e confusão que os ideólogos da burguesia cometem freqüentemente com termos como "classe", não se trata de outra coisa senão de uma tentativa desesperada de confundir as mentes dos explorados. Estes, porém, começam a perceber o verdadeiro caráter da nossa sociedade, a verdadeira face da exploração capitalista.

Classes sociais no Brasil

<u>Burguesia financeira</u>		
<u>Burguesia</u> (Industrial e comercial)		<u>Latifundiários</u> (grandes proprietários rurais)
<u>Classes médias</u> (da média burguesia à pequena burguesia assalariada)		
		<u>Pequenos camponeses</u> (pequenos proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros)
<u>Proletariado industrial</u>		<u>Trabalhadores do campo</u>
		<u>Lumpens</u>

Podemos dizer que temos hoje no Brasil duas facções principais das classes dominantes: a burguesia da cidade e a burguesia do campo (latifundiários). Os interesses dessas duas classes se encontram no capital financeiro ou

bancário. Além disso, encontramos nas cidades uma vasta classe média heterogênea, que compreende desde a incipiente burguesia média até a pequena burguesia assalariada.

No campo, a diferenciação de classes é maior ainda. Falta a classe de camponeses médios que caracterizou o desenvolvimento do capitalismo europeu, por exemplo. Em regra, o nosso pequeno camponês, ou não tem bastante propriedade para seu sustento, ou não tem propriedade definida, trabalhando então como arrendatário, meeiro, parceiro, etc.

A base da pirâmide social da sociedade capitalista brasileira é constituída pelo proletariado industrial.

A penetração do capitalismo no campo criou, por sua vez, um proletariado rural conhecido sob a forma de trabalhador assalariado.

Existe finalmente uma classe marginalizada, também conhecida como LUMPENS, que não participa ativamente do processo de produção social e cujos componentes vivem de "bicos" e de ocupações esporádicas.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞

Aula II

A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

O operário sabe perfeitamente que o seu trabalho enriquece cada vez mais o patrão, isto é, o capitalista, enquanto ele mesmo passa uma vida inteira realizando tarefas em troca de um salário suficiente apenas para a sua sobrevivência. Isso quer dizer que o fruto do trabalho não está retornando para o benefício do trabalhador. Grande parte desse fruto está sendo desviado para os cofres do patrão, está sendo apropriado pelo capitalista. Pois bem, à apropriação do fruto do trabalho alheio é que chamamos exploração.

Para compreendermos a mais moderna forma de exploração - a exploração capitalista - precisamos esclarecer os elementos que estão em jogo nesse processo. Quais são? Trata-se da mercadoria, da força de trabalho, da mais valia e do lucro.

Mercadoria

Quando alguém produz um objeto para seu próprio uso ou para presentear um amigo, essa coisa produzida é sem dúvida um produto, mas não é uma mercadoria. Porém se for obrigado a trocar esse objeto por dinheiro ou por outra coisa qualquer, então o que ele produziu passa a ser uma mercadoria.

Mercadoria, portanto, é tudo que se produz para a troca e não para o uso de quem a produziu. Assim, a mercadoria destina-se ao consumo de uma outra pessoa que, por sua vez, oferece uma outra mercadoria ou dinheiro, em troca daquela que necessita para uso próprio.

Em termos específicos, diremos que toda mercadoria tem um VALOR DE USO e um VALOR DE TROCA. Assim, por exemplo, o feijão comprado pela dona de casa tem um valor de uso, tem determinadas qualidades próprias para serem usadas como alimento. O valor de uso dos sapatos, por exemplo, está em que, graças ao material e ao formato, protegem os pés. Os tratores, por outro lado, tem certas qualidades que permitem que eles sejam usados na remoção de grandes volumes de terra, etc. Todos os produtos têm, portanto, um valor de uso. Os homens sempre produziram coisas necessárias para a sua sobrevivência, para satisfazer as suas necessidades, isto é, sempre produziram objetos que tem valor de uso.

O valor de troca, por sua vez, é característico dos produtos aos quais damos o nome de mercadorias. Os homens começaram a trocar quando uma parte deles passou a produzir coisas em quantidade superior ao seu próprio consumo, ao mesmo tempo em que deixavam de produzir outras coisas de que necessitavam. Assim, por exemplo, quem só cuidava do campo passou a comprar arados e outros utensílios produzidos por um artesão que, por sua vez, comprava alimentos que não plantava nem colhia.

Foi nesta fase da história - anterior ao surgimento do capitalismo - que o produto virou mercadoria, isto é, apareceu o valor de troca, além do valor de uso. No exemplo citado acima, o valor de troca do arado era, digamos, um saco de feijão. Isso quer dizer que, oferecendo um arado, o artesão podia obter uma certa quantidade de feijão oferecida pelo lavrador que necessitava do arado. Aos poucos, os homens foram tornando mais simples esse processo de trocas, foram simplificando o comércio. Em vez de carregar um saco de feijão nas costas, era mais simples o lavrador levar consigo uma pequena porção de uma coisa que fosse equivalente a um saco de feijão, isto é, que representasse o valor do saco de feijão. Essa coisa simples e equivalente ao valor de troca de uma mercadoria é o DINHEIRO. Então, o lavrador trocava a sua mercadoria (M) por dinheiro (D) para assim, comprar mais comodamente outras mercadorias (M) de que necessitava. Esse processo de trocas simples de mercadorias pode ser representado pela fórmula **M-D-M**.

Nesse ato de trocar surge um problema: como é que o lavrador pode saber que um saco de feijão tem o valor de um arado ou que o arado tem o valor de um saco de feijão e não de meio saco? Como é que se conhece o valor de troca de uma mercadoria?

A resposta a essa pergunta só é possível se descobirmos o que há de comum em todas as mercadorias. Que podemos encontrar tanto no feijão como no arado? O valor de uso não serve de base, porque as qualidades das mercadorias correspondem a necessidades imediatas diferentes. Ninguém come o arado e ninguém ara a terra com o feijão. O que há de comum em um e outro? O que há de comum em todas as mercadorias é que todas elas são trabalho humano materializado, isto é, todas elas - mesmo as laranjas colhidas no mato - dependem do trabalho do homem. O feijão comido pelo artesão depende do trabalho do lavrador e o arado usado por este dependeu do trabalho do artesão.

Assim, tanto no arado como no feijão há uma certa quantidade de trabalho despendida. Só esse trabalho - comum a todas as mercadorias - pode servir como critério para determinação do valor de troca de cada uma em relação à outra. A quantidade de trabalho pode ser medida em tempo, resultando disso que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la. Isso significa que a mercadoria aumenta de valor quando o operário é lento, preguiçoso, ou incompetente? Não evidentemente. O tempo a que nos referimos é um tempo médio, aquele que a sociedade gasta para produzir determinado tipo de mercadoria, dependendo do nível técnico, das máquinas e matérias primas à disposição.

O valor de uma mercadoria, portanto, é determinado pelo TEMPO DE TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO PARA PRODUZÍ-LA.

Força de trabalho

Quando falamos do artesão produtor do arado, nós nos referimos a um produtor independente, que era dono, não só de sua capacidade e habilidade para trabalhar, como também dos instrumentos e meios de produção que usava. Porém, com o surgimento da produção capitalista, da produção em grande escala nas fábricas, a maior parte desses artesãos deixou de ser dona

dos instrumentos de trabalho e dos meios de produção. Muitos não conseguiam concorrer com a produção fabril, ficavam endividados, perdiam tudo. Perdiam tudo realmente? Não, continuavam donos de sua força de trabalho. Que fazer com ela? Que fazer com a capacidade e habilidade de trabalhar, de produzir arado, por exemplo? Para continuar vivendo a única saída era tornar-se assalariado, era vender essa força de trabalho em troca de um salário pago por um outro sujeito que possuísse os meios de produção. Foi o que fez a maioria dos trabalhadores. Foi o que fizeram não só os artesãos arruinados como também os camponeses sem terra. A existência dessas massas proletarizadas possibilitou a expansão do capitalismo industrial. Nesse regime a propriedade dos meios de produção, a propriedade das fábricas e das terras, das minas, etc., está nas mãos de uma minoria, está nas mãos da burguesia ao passo que o trabalho é executado pela imensa maioria.

"O dono dos meios de produção e de subsistência - explica Marx - encontra no mercado o trabalhador livre que vende a sua força de trabalho".

Quando Marx fala de "trabalhador livre" nesse texto ele quer dizer trabalhador que, não possuindo meios de produção, pode, todavia vender sua força de trabalho a este ou àquele patrão. É livre para fazer ou não um contrato com esta ou aquela firma. E claro, na realidade, essa liberdade é restrita, pois numa sociedade capitalista, a oferta de mão de obra é maior do que a procura. Disto resulta não só o desemprego como também a impossibilidade de fato do operário "dar-se ao luxo" de escolher esta ou aquela ocupação. Por direito, o trabalhador é considerado livre porque não é um escravo, ou seja, o patrão não pode decidir sobre a vida ou a morte do empregado como faziam os senhores dos escravos. Para o capitalista, todos sabem disso, é necessário que o operário seja um assalariado e não um escravo pois, com esse salário, o operário compra parte das mercadorias que a burguesia joga no mercado.

Vimos que o feijão e o arado são mercadorias, isto é, além de terem valor de uso, podem também ser trocados por dinheiro ou por outras mercadorias. Quando o artesão perdeu os seus meios de produção, ficando apenas com a sua força de trabalho, vimos que ele foi obrigado a fazer com ela o que antes fazia com o seu arado, isto é, foi obrigado a trocá-la por dinheiro, trabalhando para o patrão. Portanto, é fácil notar que, na sociedade capitalista, A FORÇA DE TRABALHO NÃO PASSA DE UMA MERCADORIA, sendo tratada, exatamente, como uma mercadoria.

Como é determinado o valor dessa mercadoria chamada força de trabalho? Vimos que o valor de troca de uma mercadoria qualquer é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Ora, para retornar todo o dia à fábrica, para vender sempre de novo a sua força de trabalho, o operário precisa antes de tudo estar vivo, estar com saúde suficiente para agüentar a dureza do trabalho. O salário que é pago à classe operária destina-se justamente à reprodução dessa força de trabalho sem a qual as fábricas parariam. Para reproduzir sua força de trabalho, a classe operária necessita de outras mercadorias (arroz, feijão, etc.) que ela compra com o seu salário. Portanto, o valor da força de trabalho é igual ao valor desses meios de subsistência necessários.

É claro que o salário ganho por um operário dá muito mal para a sua sobrevivência, principalmente quando esse salário é congelado. Disso resulta que os filhos desses operários crescem em péssimas condições de saúde e de educação. Ora, como a reprodução da força de trabalho não pode ser apenas a reprodução da capacidade de trabalhar deste ou daquele operário, em particular, mas de toda a classe trabalhadora ao longo de gerações, sempre que a burguesia paga mal aos trabalhadores, ela está sendo não só desumana como também está demonstrando sua incapacidade para preparar a futura força de trabalho. No Brasil, a burguesia chega a ponto de financiar programas de restrição da natalidade, o que é um dos sinais de sua incapacidade para preparar e absorver novos contingentes de trabalhadores.

Mais-valia

Já vimos que, para se produzir uma mercadoria, há necessidade de outras mercadorias básicas para o processo de produção. É preciso que haja máquinas, matérias primas e força de trabalho. Mas só quem tem dinheiro (capital), pode comprar essas máquinas, as matérias primas e a força de trabalho. O capitalista - ou seja, o homem que dispõe desse dinheiro - reúne esses elementos num processo de produção, numa fábrica, por exemplo. Depois que os operários, com sua força de trabalho, movimentarem as máquinas, transformando as matérias primas num produto acabado, o capitalista vende esses produtos em troca de dinheiro. Com uma parte do dinheiro ganho, o patrão compra mais matéria prima, amplia e moderniza as máquinas e aluga mais força de trabalho. Torna a acionar tudo isso para novamente vender produtos acabados e ganhar mais dinheiro.

No processo de produção simples de mercadorias, como vimos anteriormente, o produtor trocava uma mercadoria (M) por dinheiro (D), em seguida comprava mercadorias (M) necessárias ao seu sustento. Resumimos esse processo com a fórmula **M-D-M**.

Agora, porém, já não acontece a mesma coisa. Com dinheiro (D), o capitalista compra certas mercadorias (M) que, após o processo de produção, são transformadas novamente em dinheiro assim que vendidas. Temos então uma segunda fórmula, diferente da primeira, e que pode ser assim representada: **D-M-D**.

Dissemos que o capitalista consegue ganhar uma quantidade maior de dinheiro do que a inicialmente empregada por ele na produção. De fato, todos percebem que o patrão se enriquece cada vez mais, enquanto o operário simplesmente reproduz sua força de trabalho até a morte. Isso quer dizer que, na fórmula D-M-D, o segundo "D" é maior do que o primeiro. De onde vem esse valor excedente que está na base do enriquecimento cada vez maior do capitalista? De onde vem esse sobre-valor ou, em termos específicos, de onde procede essa MAIS VALIA?

Não pode vir da troca. Sabemos que todo o capitalista é simultaneamente comprador e vendedor. Se a simples venda proporcionasse um sobre-valor, ele perderia seu ganho inicial na hora de comprar mercadorias. Ganhos e perdas se anulariam.

A mais-valia não deriva tampouco do material e das máquinas empregadas. Sabemos que, no custo final de um produto acabado, uma certa quantia corresponde justamente ao desgaste das máquinas empregadas. Dá-se a isso o nome de amortização do capital, segundo a contabilidade do patrão. Isso quer dizer que os meios de produção não transferem para o produto acabado uma quantidade de valor maior do que a contida neles. Por não transferirem mais valia do que contém, por não originarem mais-valia, é que são chamados de CAPITAL CONSTANTE.

Resta, portanto, a força de trabalho como a única mercadoria que, no processo de produção e nos investimentos de capital, tem a qualidade de criar um valor maior do que aquele pelo qual ela é alugada. É ela que transfere para o produto acabado um valor maior do que o contido nela. Por isso, a força de trabalho é também denominada CAPITAL VARIÁVEL. É essa qualidade excepcional da mercadoria força de trabalho que encerra em si o segredo da exploração capitalista.

Recordemos com uma frase de Marx o que dissemos anteriormente: “*O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho*”. Pois bem, é com o salário recebido que o trabalhador compra esses artigos de primeira necessidade. O contrato firmado entre o patrão e o operário prevê que este trabalhe um determinado número de horas por dia, digamos 8. Acontece porém, que os valores criados pela atividade do operário durante 8 horas excedem o valor dos meios de subsistência necessários, valor este que serve de base para o salário. Durante determinadas horas da jornada de trabalho, digamos 4, o operário trabalha de fato em troca do salário, isto é, durante esse tempo ele de fato criou valores equivalentes aos dos alimentos e demais mercadorias de que necessita. Marx chama esse trabalho de TRABALHO NECESSÁRIO, pois nessas horas o operário produz realmente em troca do seu sustento. Mas o fato do operário ter produzido em 4 horas exatamente os valores equivalentes aos valores das mercadorias necessárias ao seu sustento, não quer dizer que ele já possa encerrar o dia de trabalho. Ao assinar o contrato, aceitou trabalhar 8 horas, isto é, 4 horas a mais do que o tempo de trabalho necessário para obter os recursos que o sustentam. Nas 4 horas restantes a classe operária produz um excedente de mercadorias cujo valor vai para o capitalista. Portanto, além do trabalho necessário, a classe operária é obrigada a executar um TRABALHO EXCEDENTE (ou sobre-trabalho), cujo fruto - chamado sobre-produto, ou mais valor, ou **mais-valia** - é apropriado totalmente pela burguesia. Aí está a exploração capitalista.

Em resumo, durante o trabalho necessário, o operário produz uma quantidade de mercadorias cujo valor corresponde ao salário que recebe para alimentar sua força de trabalho. Mas se abandonasse a fábrica nesse momento, o burguês chamaria a polícia, pois, nesse caso, o operário não teria trabalhado para os capitalistas. Por isso, em obediência ao contrato, o operário executa um trabalho excedente durante o qual produz um sobre-produto, cujo valor é embolsado pelo capitalista em forma de mais-valia. Assim, quando o capitalista afirma que paga o trabalho do operário, ele está mentindo. O que ele paga, em forma de salário, é o trabalho necessário. O

trabalho excedente fica sem remuneração. Trata-se de um roubo organizado que as leis do regime capitalista protegem.

A tendência do capitalista é aumentar o grau de exploração do operário, isto é, aumentar a parte excedente da jornada de trabalho. Para isso, ele tem principalmente dois recursos à sua disposição. Primeiramente o patronato pode aumentar o dia de trabalho. Permanecendo um maior número de horas na fábrica, o operário aumenta a produção de mais-valia. Outra variante desse recurso é diminuir ou desvalorizar o salário, de modo que baixa o nível de subsistência do operário, ou, como diz o capitalista, "*baixa os custos de produção*". Nesses casos cresce o grau de exploração direta do operário e aumenta a MAIS-VALIA ABSOLUTA. Por outro lado, o patrão pode também usar o seguinte recurso: sem diminuir o nível de vida do operário e sem aumentar a jornada de trabalho, é possível aumentar a produtividade do trabalho mediante o emprego de máquinas novas, modernizadas. Nesse caso, o operário produz, em um menor número de horas de trabalho, os valores equivalentes aos gastos reclamados pelo seu sustento, bem como aumenta os valores resultantes do trabalho excedente e dos quais o capitalista se apropria. Neste caso, aumentou a produção da chamada MAIS VALIA RELATIVA.

Lucro

Dissemos antes que a mais valia é embolsada pelo capitalista. Mas o que de fato é embolsado pelo patrão é uma parte da mais-valia, uma parte chamada **lucro**.

As outras partes da mais-valia servem para outras coisas; pagar juros, renda da terra, etc. Outra parte é destinada a pagar o sustento do funcionalismo administrativo das empresas, dos funcionários públicos de toda máquina administrativa do Estado, bem como do próprio Exército, que é o instrumento de opressão usado pelos capitalistas contra os operários. Enfim, toda a sociedade mantém-se como está graças à produção da mais-valia pelos trabalhadores.

Do ponto de vista do operário que produz mais-valia, esse sobre-produto que não retorna para seu benefício, "*é questão secundária - diz Marx - que essa mais-valia seja embolsada exclusivamente pelo empregador capitalista ou que este seja obrigado a ceder parte dela a terceiros, com o nome de renda do solo ou juro*". O importante é que o operário tenha em vista que o salário pago pelo patrão deixa sem remuneração um trabalho excedente que, produzindo um sobre-valor, enriquece o empregador no processo de exploração capitalista e sustenta toda sociedade em que a classe operária vive como explorada.

Desenvolvimento capitalista no Brasil

A economia brasileira é hoje uma economia predominantemente capitalista, uma economia em grande parte orientada para a produção de mercadorias. As estatísticas revelam isso, não só em termos absolutos como também do ponto de vista do desenvolvimento e crescimento dos diversos setores de

vida econômica. Realmente, conforme dados fornecidos pela Revista Brasileira de Economia, de março de 1962, é o seguinte o quadro nos últimos vinte anos:

PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES NO PRODUTO NACIONAL, EM %

ESPECIFICAÇÃO	1939	1947	1955	1960
Agricultura	33,3	27,00	29,7	28,2
Indústria	17,9	21,4	24,6	25,8
Transporte e Comunicações	6,7	7,8	7,5	7,6
Comércio	12,6	16,7	12,6	12,5
Interm. financeira	2,8	2,1	2,7	2,9
Serviços	10,4	15,1	11,9	11,2
Aluguéis	6,5	3,1	3,7	3,9
Governo	9,8	6,8	7,3	7,9
RENDA INTERNA	100	100	100	100

Como se observa, conquanto a agricultura tenha fornecido ainda 33,3% do Produto Nacional em 1939 e a indústria, unicamente 17,9%, em 1960, porém, essa relação foi de 28,2% e 25,6% respectivamente. É claro que isto não basta para dar uma idéia do crescimento do setor capitalista do país. Sem considerarmos a penetração do capitalismo na própria agricultura - onde cresceu a margem de trabalho assalariado - temos de encarar "transporte e comunicações", "comércio", "intermediação financeira" (isto é, bancos e créditos), "serviços", grande parte das rubricas "aluguéis" e "governo", como pertencentes ao setor capitalista propriamente dito. Por outro lado, as estatísticas acima transcritas são computadas à base de "preços correntes", não dando uma idéia exata do VOLUME da produção. A própria Revista que divulgou aqueles dados, quando apresenta a tabela, chama a atenção para o fato de que, se se tomasse os preços de 1939 como base (isto é, preços constantes e livres de oscilações), o setor agricultura cobriria somente 21,4% do Produto Nacional Interno, enquanto o setor indústria subiria a 34%, sem levar em conta ainda as demais rubricas que participam do setor capitalista.

O desenvolvimento da economia capitalista no Brasil é confirmado ainda pelos dados relativos às mudanças ocorridas na estrutura da população economicamente ativa entre 1940 e 1960. Assim, conforme, dados fornecidos pela "Fundação Getúlio Vargas", temos o seguinte quadro:

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

ESPECIFICAÇÃO	1940		1950		1960	
	1000 hab	%	1000 hab	%	1000 hab	%
Agricultura	9.448	67,8	9.960	57,8	11.795	49,2
Indústria	1.792	12,9	2.749	15,9	4.459	18,6
Outros	2.689	19,3	4.535	26,3	7.701	32,2
TOTAL	13.929	100	17.244	100	23.955	100

Não se pode também afirmar neste caso que a setor capitalista ocupe somente 18,6%. A maior parte dos 32,2%, ocupantes da rubrica "outros", está exercendo suas atividades em funções de produção e distribuição de mercadorias. Os 18,6% ("indústria") estão diretamente ligados à produção, isto é, ao setor de extração, transformação, acabamento e transportes, incluindo ainda o setor de fornecimento de energia. Mas, embora seja de quase 4,5 milhões o número de pessoas que pagam contribuições para o antigo Instituto dos Industriários, nem todos são operários.

A classe operária brasileira pode ser estimada em cerca de 3 milhões de membros. As estatísticas oficiais de fins de 1965 (Grupo Especial de Trabalho para as Estatísticas Industriais) indicam (números arredondados) os seguintes dados:

Indústria de transformação (fábricas)	1 600 000
Indústria de extração	50 000
Serviços e Transportes	500 000
Serviços Ind. de Utilidade Pública	200 000
Construção civil	<u>300 000</u>
TOTAL	2 700 000

Levando em conta o desemprego parcial e latente e a burla de Legislação Trabalhista por parte dos patrões, podemos estimar a força numérica do proletariado industrial em um mínimo de 3 milhões de pessoas. Trata-se da base da pirâmide social que cria mais-valia, a fonte de riqueza da economia capitalista no Brasil.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞

Aula III

O PROLETARIADO, A CLASSE REVOLUCIONÁRIA

Por que afirmamos que o proletariado é a classe que lidera a luta contra a sociedade capitalista? Não é certamente por se tratar da camada mais pobre da população, da camada mais explorada. Isso não bastaria para qualificar a classe proletária para o papel histórico que tem de desempenhar e que está desempenhando nas lutas de classes.

Já no *Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmavam que de todas as classes que enfrentam atualmente a burguesia só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. Enquanto as demais classes decaem e desaparecem com a grande indústria, o proletariado é seu produto mais legítimo. O *Manifesto* diz que

A nossa época, a época da burguesia, se destaca pelo fato de ter simplificado as contradições de classes. Toda sociedade se divide, numa escala crescente, em dois grandes campos hostis, em duas classes que se enfrentam diretamente: burguesia e proletariado.

Porém, as outras classes também lutam de certa forma contra a burguesia. Qual é, pois, a diferença entre o modo de luta das outras classes em confronto com o modo de luta do proletariado?

A PEQUENA-BURGUESIA, a classe média da sociedade capitalista, caracteriza-se em primeiro lugar, dentro das relações sociais, pela sua atitude diante da pequena propriedade. A tendência geral da evolução da sociedade capitalista e do progresso industrial é englobar as pequenas propriedades nas grandes concentrações de capitais. Isso quer dizer que o trabalho do artesão é destruído pela produção industrial em massa, o pequeno comércio é abafado pelas cadeias de lojas e as pequenas indústrias são assimiladas pelos grandes trustes.

Nesse contexto, a luta da pequena-burguesia volta-se para a conservação da pequena propriedade. Ela executa uma luta contra o progresso industrial, visando conservar formas antigas de propriedade que lhe garanta uma situação intermediária entre a burguesia e o proletariado. Por um lado, ela é vítima da exploração do grande capital, da grande indústria. Mas, por outro lado, como proprietário e comerciante, recebe uma parte da mais-valia produzida pelo proletariado. Portanto, suas reivindicações são por uma distribuição "mais justa" – justa para ela, é claro – da propriedade e do lucro.

A concentração de capitais em mãos de poucos proprietários e a conseqüente destruição das pequenas empresas fizeram com que aumentasse radicalmente, dentro da pequena-burguesia, o número de assalariados sem propriedades, de funcionários de empresas particulares e públicas, de empregados de escritórios, de balcão e de vendas. Todavia a proletarianização econômica dessas camadas não as integra automaticamente na luta operária. Por causa de sua formação ideológica, elas procuram subir na hierarquia

social e resistem à sua absorção pelo proletariado industrial. O ideal de vida do pequeno-burguês é tornar-se novamente um pequeno proprietário. O que o pequeno-burguês sem propriedade tem em comum com as camadas proprietárias da pequena-burguesia é o fato de pertencer, como explica Marx, a *"uma classe intermediária, na qual os interesses de duas classes perdem simultaneamente a agudeza, imaginando estar acima do antagonismo de classes em geral"*.

Como classe, a pequena-burguesia não tem perspectiva própria dentro da sociedade capitalista. Arrastada entre os dois pólos - burguesia e proletariado - ela hesita nas suas manifestações políticas, tendendo a dividir-se quando um movimento operário agressivo começa a delinear novos rumos de luta. A parte assalariada da pequena-burguesia constitui-se num aliado latente do proletariado revolucionário, devendo, entretanto, para tornar-se um aliado de fato, superar as suas limitações de classe e aceitar as perspectivas da luta operária.

Os PEQUENOS CAMPONESES aparecem como classe revolucionária na medida em que lutam contra a burguesia que possui os latifúndios, as grandes propriedades do campo. Mas o seu objetivo espontâneo é a distribuição da terra, conservando ainda a forma de pequena propriedade. Por isso, quando travada sozinha, a luta dos pequenos camponeses não implica ainda, em última análise, na abolição do sistema capitalista. Nisso, eles se igualam à classe média da cidade.

A luta dos pequenos camponeses só ganha realmente um caráter revolucionário quando eles adotam ao mesmo tempo a perspectiva do operário urbano e uma forma coletivista da propriedade da terra, opondo à propriedade individual uma forma social de propriedade. Essa perspectiva é muito real nas condições de um país como o nosso, onde a aliança entre a burguesia da cidade e o latifúndio cria uma comunidade de interesses muito estreita entre os explorados da cidade e do campo. É possível, pois, a formação de uma aliança operário-camponesa contra o domínio burguês-latifundiário. Somente dentro de uma tal aliança, liderada pelo proletariado da cidade, é que os camponeses poderão resolver o seu problema da terra; somente através dessa luta comum é que eles se prepararão para aceitar as formas sociais de propriedade.

A penetração de um espírito coletivista no campo brasileiro é ainda facilitada pelo fato de que grande parte da nossa população camponesa ser constituída de TRABALHADORES DO CAMPO, isto é, de trabalhadores que, para sobreviverem, se tornaram assalariados por não terem terra suficiente para seu próprio sustento ou por não terem terra alguma. Embora esses trabalhadores do campo - pelo seu modo de vida, sua educação e tradição - não atinjam por si só os padrões de consciência e de organização do operário urbano, eles são os seus aliados mais próximos, são o sustento da aliança operário-camponesa.

Existe ainda a camada classe dos "desclassificados" da população, também chamados "lumpens". São aqueles que vivem geralmente em condições econômicas inferiores às dos operários, que não tem interesse em buscar algum trabalho para sobreviver; voltam-se ao banditismo, à prestação de

favores para a polícia, para a repressão, etc. Suas condições de vida tornam praticamente impossível levar os lumpens a se aliarem aos operários.

O PROLETARIADO INDUSTRIAL, por suas condições econômicas e sociais – assalariados, não proprietários dos meios de produção – é a classe essencialmente oposta ao capitalismo: é a única classe cujos objetivos de emancipação econômica não podem ser realizados por meio de uma redistribuição da propriedade dos meios de produção. Na época da grande indústria não tem sentido dividir uma fábrica e dar uma parte dela a cada operário. A emancipação da classe operária implica a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Estes se tornarão propriedade coletiva, de toda a sociedade, isto é, haverá então a PROPRIEDADE SOCIALISTA dos meios de produção.

A EMANCIPAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA exige que essa socialização não se limite a uma indústria, a um ramo industrial, mas se estenda a todos os meios de produção, tanto na cidade como no campo. Só dessa maneira será possível à humanidade começar a produzir conforme as suas necessidades e não mais dentro dos limites da caça ao lucro: produzir valores de uso e não mais valores de troca; produzir riquezas para todos e não mais mercadorias para aqueles que possam pagar.

Para se libertar da exploração do capital, o proletariado é obrigado a abolir toda e qualquer exploração do homem pelo homem.

A libertação do proletariado é, portanto, a libertação de toda a sociedade, pois com a abolição de toda a propriedade privada dos meios de produção, inicia-se a liquidação dos privilégios de classe e com isso, a liquidação das próprias classes sociais.

Particularidade da revolução proletária

Assim se explica, no fundo, a diferença da revolução proletária em relação a todas as revoluções anteriores. *"Todos os movimentos anteriores - escreveu Marx - eram movimentos de minorias em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada inferior da sociedade atual não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todas as camadas superpostas que constituem a sociedade oficial."*

A revolução burguesa, por exemplo, tinha como objetivo, depois da conquista do poder, submeter toda a sociedade às suas formas de propriedade individual e à exploração do trabalho assalariado pelo capital. É claro que, apesar disso, a revolução burguesa foi um progresso histórico - e é por isso que a chamamos de revolução - num momento em que a sociedade feudal obstruía o desenvolvimento das forças produtivas. Ocupado o poder, a burguesia revolucionou a sociedade por meio do desenvolvimento da ciência e da técnica, criou as grandes fábricas e a produção em massa. Mas o seu maior mérito foi ter criado o proletariado, a classe mais revolucionária da história, a classe que não tem nada a perder, senão suas cadeias. Que tem um mundo a ganhar. Que tem um mundo a libertar.

Proletariado e teoria revolucionária

No “*Manifesto Comunista*”, Marx e Engels assinalaram que numa época de aguçamento da luta de classes, quando a velha sociedade burguesa começa a decompor-se, alguns setores das classes dominantes e das classes médias rompem com suas classes de origem e juntam-se ao proletariado combatente. Trata-se principalmente de intelectuais revolucionários que contribuíram e contribuem para a compreensão teórica do processo histórico e que transmitem os seus conhecimentos à classe operária. O próprio Marx, bem como Engels e posteriormente Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci e muitos outros teóricos comunistas, são exemplos de revolucionários vindos de outras classes. A condição para o desempenho desse papel é o rompimento com as classes burguesas, com as ideologias burguesas e a integração na luta de classe revolucionária. Ao fazerem isso, Marx, Engels e outros transmitiram para o proletariado uma teoria revolucionária – o marxismo-leninismo – que guiou, e continua guiando as massas exploradas na luta contra a sociedade capitalista.

O papel do proletariado nas lutas de classes no Brasil

Argumenta-se freqüentemente que, pelo fato do Brasil ser um país subdesenvolvido - com um proletariado numericamente mais fraco do que o existente nos países industrialmente adiantados - os objetivos de luta da classe operária não poderiam ter a importância que tiveram nas revoluções vitoriosas em outros países.

Realmente, o Brasil é um país subdesenvolvido. Porém, deve-se acrescentar que se trata de um país CAPITALISTA subdesenvolvido, como vimos no capítulo anterior. Um dos traços característicos desse subdesenvolvimento é que a economia capitalista no Brasil não fornece lugares de trabalho para toda a população. Assim, enquanto a chamada força de trabalho produtiva perfaz 31% da população total brasileira, nos Estados Unidos essa porcentagem chega a 40% e 48% na Alemanha Ocidental. Esse índice, todavia, não é uma característica distinta das sociedades capitalistas, pois, na China, por exemplo, depois da revolução socialista - a força de trabalho produtiva perfaz 48% da população.

Outro fator que ajuda na avaliação da posição do Brasil dentro do mundo capitalista é a divisão dessa força de trabalho produtiva por setor principal de atividade, conforme se pode observar no quadro abaixo:

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO PRODUTIVA
POR SETOR PRINCIPAL EM % (1960)

REGIÕES	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
Estados Unidos	8	40	52

Alemanha Ocidental	14	49	37
Europa Capitalista	27	39	34
Argentina	21	36	43
Brasil	49,2	18,6	32,2
Índia	70	15	15
África	76	8	16

(Dados da OIT, Genebra)

A tendência do desenvolvimento industrial no Brasil é ainda confirmada pelo fato de que, entre 1950 e 1960, o setor da agricultura da força de trabalho produtiva decresceu de 57,8% para 49%.

Em si, a força numérica do proletariado não fornece nenhum argumento real no sentido de diminuir a sua importância nas lutas de classes. No Brasil, a classe operária representa 4% da população total do país, ou seja, 3 milhões entre 75 milhões de habitantes. Na Rússia czarista, quando se fez a Revolução Proletária e Socialista, o proletariado não abrangia mais de 1,8% da população total, ou seja, 2,5 milhões de operários, entre 140 milhões de habitantes.¹ Quanto à China, são muito inseguras as estatísticas relativas ao período em que se desenvolveu ali a revolução socialista. Embora agrária, a revolução chinesa tomou conteúdo socialista, proletário, pelos seus objetivos. Em 1948 - um ano antes da vitória decisiva das forças revolucionárias - a classe operária na China, pelos cálculos mais otimistas, não ultrapassava 0,65% do total de sua população, isto é, 3 milhões entre 480 milhões de habitantes.

Quanto à força numérica do nosso proletariado, a sua situação objetiva é mais favorável do que a vivida pelos operários russos em 1917. Além disso, a aliança do proletariado urbano com a massa de 11 milhões de pequenos camponeses, trabalhadores do campo, meeiros, posseiros, etc., constitui uma força revolucionária latente, capaz de lançar pelos ares a exploradora sociedade burguesa-latifundiária.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞

¹ Cf. Lyashenko, Peter – História da Economia Nacional da Rússia.

Aula IV

O ESTADO – INSTRUMENTO DO DOMÍNIO DE CLASSE

Vimos que o progresso da divisão do trabalho e o surgimento da propriedade privada dos meios de produção acarretaram a divisão da sociedade em classes. Esse processo atinge o seu auge na sociedade capitalista, onde a classe possuidora dos meios de produção passa a viver da exploração do proletariado que nada possui a não ser a sua força de trabalho.

Para poder manter essa exploração, as classes dominantes de todos os tempos e de todos os lugares sempre necessitaram da coação e da opressão para enfrentar a revolta e a resistência dos explorados. O Estado fornece esse instrumento de domínio de classe. Vejamos como ele funciona na sociedade capitalista.

Suponhamos, por exemplo, o caso de um operário que não concorde com alguma "injustiça" do patrão. Se manifestar discordância, ele provavelmente será despedido. Neste caso, a quem ele pode recorrer? Normalmente, recorre à Justiça do Trabalho, seja individualmente, seja por meio do sindicato. É esta a sua oportunidade para descobrir que a Justiça do Trabalho é uma máquina pesada, que leva às vezes anos para resolver um caso. O patrão, é claro, pode esperar. O operário, todavia, não pode, porquanto o que está em jogo é o seu salário, o seu meio de vida. A Justiça então propõe uma solução chamada "conciliatória", isto é, uma solução mediante a qual o operário recebe menos do que o garantido pelos "direitos" estipulados por lei. E a Justiça e o Ministério do Trabalho - que está por detrás dessa justiça - ratificarão esse acordo que, embora favoreça o patrão, o operário é obrigado a aceitar. Desse modo, o operário descobre que não há justiça imparcial e sim uma justiça de classe que julga baseada em leis feitas pela classe dominante.

Imaginemos agora o caso em que muitos operários não concordem com alguma injustiça do patrão e resolvam fazer uma greve ou uma manifestação em praça pública. O que acontece? É claro que surgirá, como tem surgido, a Polícia, isto é, homens armados e especialmente treinados para reprimir operários e outros explorados, procurando impedir que sejam feitas aquelas reivindicações que estejam fora dos limites permitidos pelas leis ditadas pela classe dominante. Se a Polícia não der conta do recado, veremos entrar em ação o Exército e mesmo a Marinha e a Aeronáutica, mobilizando-se toda essa máquina de guerra cuja função é "manter a ordem", ou seja, a ordem capitalista da exploração dos operários e dos camponeses.

Por que todos esses órgãos repressivos estão a favor da classe dominante? Simplesmente porque eles existem para cumprir essa função. A burocracia da Justiça do Trabalho e da justiça civil e penal, o Ministério do Trabalho e todos

os outros ministérios que compõem o governo, a polícia civil, militar e secreta, tudo isso faz parte do Estado. O papel deste é servir como instrumento de dominação da classe dominante no resguardo do seu sistema social.

O ESTADO – FENÔMENO HISTÓRICO

Nem sempre existiu o Estado. Quando os homens ainda não conheciam a propriedade privada dos meios de produção e nem as classes, não havia Estado, pois não era necessário, não havia privilégios a serem defendidos. Os homens viviam em tribos, e quando ameaçados por um perigo externo, toda a tribo se armava para enfrentar o inimigo.

Porém, com a divisão da sociedade em classes isso já não era possível:

Em relação à antiga organização - explica Engels - o Estado se caracteriza pela instituição de uma força militar que não mais coincide diretamente com a população e que se estabelece como força armada independente. Essa força pública particular é necessária, porque uma organização armada da própria população tornou-se impossível depois da divisão da sociedade em classes. Essa força existe em cada Estado; não se compõe apenas de homens armados, mas também de prisões, penitenciárias e tropas especialmente treinadas que a antiga sociedade ignorava.

Para a classe dominante, a outra utilidade dessas tropas é lutar contra outros Estados, de maneira a aumentar seu domínio e estender sua exploração a outros povos.

O Estado nasceu das lutas de classe e é sempre um instrumento da classe mais poderosa, daquela que domina economicamente e que, por intermédio dele, exerce também o domínio político para explorar e reprimir as revoltas das classes oprimidas. Assim, o Estado escravagista foi o Estado dos senhores de escravos para subjugar estes últimos. O Estado feudal foi o instrumento da nobreza para manter a sujeição dos servos camponeses assim como o Estado burguês não passa de uma máquina burocrática e militar a serviço da exploração capitalista.

O ESTADO BURGUESES assumiu várias formas na história do capitalismo. A forma que mais se adapta às necessidades da dominação burguesa é a república democrática. Segundo Lênin, o tipo mais avançado e mais perfeito de Estado burguês é a república democrática parlamentar. Neste caso, o poder é exercido pelo Parlamento. A máquina do Estado, o aparelho e os órgãos de administração e de repressão são os mesmos: exército permanente, polícia e um funcionalismo público separado, acima do povo e praticamente inamovível. A república democrática parlamentar é a forma mais perfeita de Estado burguês, principalmente por duas razões:

- Primeiramente, em virtude de seu poder econômico, a burguesia controla os meios de comunicação como o rádio, a televisão, os jornais, podendo assim garantir a eleição dos seus representantes. Estes ocupam órgãos que fazem as leis, isto é, o Legislativo - Parlamento ou Congresso - dividido em duas partes: a Câmara e o Senado. Nas regiões acentuadamente atrasadas a

situação é ainda mais favorável à classe dominante, pois aí ela dispõe do chamado voto de cabresto. Portanto, o poder exercido pelo Parlamento significa ditadura direta da burguesia que assim não precisa de intermediários para governar.

- A segunda razão pela qual a democracia burguesa é a forma mais perfeita de Estado burguês está em que, através dela, a burguesia exerce de modo disfarçado a sua ditadura que assim não aparece abertamente como tal. As eleições e os debates no Parlamento – ações que não passam de uma luta entre facções das classes dominantes em torno do produto resultante da exploração - escondem do povo inadvertido o caráter de classe do Estado.

A divisão de órgãos legislativos em Câmara e Senado torna difícil que uma assembleia, embora dependente do voto popular, possa, sob pressão externa, criar fatos consumados e adotar leis que contrariem os interesses das classes dominantes. É também esse o objetivo da chamada divisão dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário.

As eleições que se sucedem numa tal democracia permitem a mudança de governo sem que o sistema social vigente seja alterado. Quando um partido político da burguesia se desgasta no exercício do poder, tornando-se impopular, pode, por meio de eleições, ser substituído por outra facção política que continua a administrar os interesses da classe dominante.

Portanto, a república democrática é a ditadura direta e disfarçada da burguesia.

Porém, quando a democracia burguesa, apesar de todos esses recursos, não mais garante a ordem existente e os privilégios das classes dominantes, estas escolhem o caminho da ditadura aberta.

Uma das formas que essa ditadura assume é o BONAPARTISMO. Tendo surgido no século passado, a característica do bonapartismo é ser uma ditadura situada aparentemente acima das classes. Todo regime, porém, serve a uma classe. Embora a base de sustentação do bonapartismo tenha sido o pequeno camponês - que lhe fornecia o "apoio popular" - os interesses que defendia através de sua política eram os do grande capital bancário e industrial, bem como dos grandes proprietários de terra aburguesados.

Ameaçados por uma crise econômica, as classes dominantes da França não conseguiram mais governar por meios parlamentares, tendo entregado o poder a um ditador em troca da repressão aberta contra as massas. Todavia, na medida em que essas cúpulas das classes dominantes sacrificaram os seus partidos políticos e os seus representantes no Parlamento, concordando com a anulação dos poderes do Legislativo, elas se privaram, ao mesmo tempo, dos instrumentos imediatos que servem ao exercício do poder. Para fazer leis, para governar de fato, o Executivo já não dependia do voto dos representantes burgueses. Nessas condições, apesar de aberta, a ditadura já não é exercida diretamente pelas classes dominantes, mas sim por um Executivo que não se abala com o choque de interesses particulares das facções burguesas. Na prática, o bonapartismo francês atendeu às facções mais poderosas da burguesia, aquelas ligadas ao capital bancário, deixando em lugar secundário as partes mais fracas, as facções que possuíam menos recursos para pressionar ou corromper o Estado.

Em resumo, o bonapartismo é a ditadura aberta e indireta da burguesia.

Como forma de ditadura, o bonapartismo ocorre sempre em sociedades onde o proletariado não colocou ainda o problema do poder. Nos países em que o proletariado já se tenha formado como classe independente, a solução burguesa é mais radical.

Assim, nos países capitalistas desenvolvidos, a ditadura aberta e indireta da burguesia se efetiva sob a forma de FASCISMO. A ditadura fascista surge como reação ao movimento político sindical da classe operária. A pequena-burguesia da cidade é que constitui a sustentação de classe, o "apoio popular" do fascismo, e não mais o campo como no caso do bonapartismo, embora os fascistas contem com a colaboração dos grandes proprietários de terras.

A pequena-burguesia das cidades é uma classe intermediária na sociedade burguesa, radicalizando-se em ocasiões de crises, quando é ameaçada de proletarização. Nos períodos em que é fraco o movimento operário, fraquezas oriundas de cisões internas ou de derrotas sofridas pelas esquerdas, a classe média pode escolher o caminho do radicalismo de direita. Fornece então as milícias fascistas, grupos de choque destinados a eliminar os adversários através do terror, que é dirigido principalmente contra o movimento operário.

Essa classe fornece também a ideologia fascista, mistura de nacionalismo com um "anticapitalismo" baseado na defesa da pequena propriedade. O fator ideológico é importante no fascismo, pois este evita apresentar-se como reação, procurando aparecer sob formas "revolucionárias". É também em nome dessa ideologia que ele procura absorver os sindicatos operários, a burocracia estatal, as forças armadas, etc. Essa roupagem ideológica reflete a mentalidade da pequena-burguesia que se considera representante da nação inteira, representante que se diz situado acima das classes. Porém, quando esse radicalismo pequeno-burguês se torna incômodo para a ditadura fascista já estabelecida, eclodem choques internos por meio dos quais as alas mais extremistas são eliminadas, uma vez que o fascismo no poder coloca-se a serviço da grande burguesia.

A ditadura fascista também priva a burguesia dos instrumentos diretos de governo, como os partidos políticos, o parlamento, etc. Nesse sentido, há semelhança entre ela e o bonapartismo. Porém, a burguesia servida pelo fascismo já não é a mesma. Trata-se agora do capital financeiro e dos grandes monopólios.

O bonapartismo e o fascismo são movimentos que necessitam de tempo e de condições apropriadas para amadurecerem. Por isso, o instrumento mais comum usado pela classe dominante é a simples DITADURA MILITAR. Em geral, esta é uma solução de emergência, eficiente em tempos de crise. Em longo prazo, todavia, a já tradicional ditadura militar não corresponde às necessidades da burguesia, pois os problemas de uma sociedade industrializada são demasiadamente complexos para serem resolvidos pela hierarquia militar. Embora o crescente militarismo seja um fenômeno comum em qualquer país capitalista, a burguesia prefere lançar mão das Forças Armadas como recurso de reserva destinado a repressão interna. Acontece que o aguçamento das crises sociais e políticas, principalmente em países

subdesenvolvidos, obrigam a classe dominante a apelar com crescente frequência para esse recurso.

Com o aprofundamento das contradições sociais, as ditaduras apresentam, na maior parte dos países, formas que são combinações dos tipos descritos acima. O traço comum delas todas é que são ditaduras abertas e indiretas da burguesia. Esta encontra dificuldades cada vez maiores para governar e conservar os seus privilégios mediante a democracia burguesa.

Estado e revolução

Foi principalmente em torno do problema do Estado que o movimento socialista internacional se cindiu em duas alas: uma reformista e outra revolucionária.

A conquista de direitos democráticos pelos trabalhadores - como o direito do voto, de reunião, de greves e outros - fez com que as velhas lideranças operárias se contentassem com essas reformas no seio da sociedade burguesa, perdendo de vista e abandonando os objetivos socialistas de luta. Os que assim procederam são chamados reformistas. Negando - ou escondendo por motivos "táticos" - o caráter de classe da democracia burguesa, os reformistas pretendiam "conquistar" o Estado por meio do voto, reformá-lo e chegar pacificamente ao socialismo.

Os revolucionários, ao contrário - reunidos em torno de Lênin - desmascararam a democracia burguesa, destacando seu caráter de ditadura de classe da burguesia. Ao mesmo tempo, lembraram aos operários que para tomar o poder, não podiam simplesmente querer "tomar" ou "conquistar" o Estado burguês para governar. Tinham, isto sim, de quebrar a máquina estatal burguesa e construir a sua própria. Para conseguir isso, o único meio com que podiam contar era a revolução.

O estado burguês no Brasil

Em um período relativamente curto, o Brasil conheceu quase todas as formas existentes de Estado burguês.

- O bonapartismo vigorou entre nós durante o Estado Novo, com a ditadura de Getúlio Vargas. Até 1930, o poder esteve nas mãos das oligarquias dos grandes senhores de terra. A revolução de 1930 criou as bases políticas necessárias ao surgimento do Estado burguês moderno e abriu uma brecha para a burguesia. Esta, porém, não estava desenvolvida para governar sozinha e nem teve coragem de liderar um movimento mais radical, compondo-se então com o latifúndio. Depois de alguns anos de hesitação, o poder foi entregue a Vargas. Este exerceu a ditadura bonapartista a serviço de uma união de interesses burgueses e latifundiários, de uma aliança em que a facção urbana das classes dominantes aumentou constantemente o seu poder, em virtude da crescente industrialização.

O bonapartismo de Vargas estava adaptado às condições particulares do Brasil. Ele não podia apoiar-se numa classe de pequenos e médios camponeses, aliás, inexistentes no país. Sua base de massa foi o jovem

proletariado de origem camponesa, que ainda não tomara consciência do seu papel político e social.

- A tentativa fascista, sob a forma de integralismo, não vingou no Brasil, por falta de um aprofundamento das contradições de classe. Apesar disso, a ditadura bonapartista copiou métodos fascistas, principalmente no campo da legislação sindical onde introduziu o padrão italiano.

- A democracia burguesa foi a forma através da qual a burguesia brasileira exerceu diretamente o poder, depois da guerra, quando se sentiu bastante forte para se livrar da tutela bonapartista. Conhecemos o funcionamento desse sistema, tanto sob sua forma presidencialista como parlamentarista. Entre outras razões, o parlamentarismo fracassou entre nós porque enfraquecia a posição da burguesia da cidade na aliança com o latifúndio. Como a burguesia se organizava mais facilmente em escala nacional do que os proprietários de terra, ela podia influir mais decisivamente na política do país por intermédio do Executivo e não através da Câmara, pois nesta última ela passava a depender de uma numerosa facção de latifundiários eleitos pelo voto de cabresto.

Quando os recursos da democracia burguesa se revelaram insuficientes para resolver a crise do sistema social, a burguesia em aliança com o latifúndio e com a ajuda ativa do capital estrangeiro apelou para as Forças Armadas, entregando-lhes o poder em 1964. Com isso as classes dominantes se privaram dos instrumentos de exercício direto do poder. Embora a ditadura não tenha dissolvido os órgãos legislativos - o Congresso - o país foi de fato governado por leis de exceção, os chamados Atos Institucionais e complementares.

Portanto, o ESTADO BRASILEIRO ATUAL É UMA DITADURA INDIRETA E ABERTA DA BURGUESIA, EM ALIANÇA COM O LATIFÚNDIO.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞

Aula V

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E AS CRISES

Sabemos por experiência própria que o desenvolvimento capitalista significa riquezas para uma minoria e miséria para a grande massa. As riquezas se concentram paulatinamente nas mãos de poucos, enquanto cresce o número daqueles que vivem dos seus salários, isto é, que ganham justamente o suficiente para poder continuar a trabalhar.

Sabemos também que, na sociedade capitalista, a produção não obedece a um plano geral. Ela não se orienta pelas necessidades das massas, mas pela necessidade em que o capital se encontra de render lucros crescentes. O interesse do capitalista é aumentar seu lucro e não corresponder às necessidades das massas. Cada fabricante pode e é obrigado a planejar o processo de produção dentro da empresa. Cada empresa capitalista é dirigida independentemente das demais. Em vez de planificar a produção em seu conjunto, as empresas capitalistas disputam os compradores entre si, lutam pelo mercado. Procuram aumentar sua produção às custas da concorrência.

Com o desenvolvimento capitalista, perguntamos, essa luta aumenta ou diminui? À primeira vista, pode parecer que diminui. Com efeito, o número dos capitalistas diminui em relação à totalidade da população. Os grandes capitalistas devoram os médios e esses devoram os pequenos. Dezenas de pequenos e médios proprietários de empresas lutam ferozmente entre si antes de sucumbir ante as grandes empresas que dominam mercados inteiros. Neste sentido, poder-se-ia acreditar que sendo menor o número de rivais, a luta tende a ser menos encarniçada. É verdade que os rivais são menos numerosos. Porém, cada um deles se tornou incomparavelmente mais poderoso. A luta que se manifesta na concorrência muda de forma, torna-se mais feroz e mais destruidora. E quando uma das partes sucumbe, as conseqüências sociais são muito mais profundas.

Esse processo da concentração de riquezas nas mãos de uma minoria é acentuado por um fenômeno a que damos o nome de crise cíclica do capitalismo. Essa crise é fruto do modo anárquico, não planejado com que a produção capitalista funciona. Sabemos que o desenvolvimento capitalista é desigual, descontínuo. Num dado período, a produção continua estável e mesmo ascendente. De repente, porém, o patrão começa a despedir operários, explicando que a culpa não é dele, mas sim da crise. Que são essas crises que surgem no sistema capitalista?

Se fizermos essa pergunta ao patrão, ele nos responderá que a crise é a falta de dinheiro ou de crédito ou de compradores para as suas mercadorias. O fato é que produziu demais. Teve de descobrir de um dia para o outro esse fenômeno que estoura em todas as fábricas em todo o país. Produziu demais? Por quê? Então, todo mundo está satisfeito, dispondo de comida suficiente, roupa e outros artigos de primeira necessidade? Não, evidentemente; como sempre, a miséria e as necessidades se acentuam na

medida em que o patrão despede operários. Os salários são rebaixados e as atividades econômicas diminuem. Faltam justamente compradores para as mercadorias produzidas.

Nessa situação, muitas empresas fecham suas portas. As mais fracas primeiramente, depois as médias e, não raras vezes, as grandes. Uma desaparecem simplesmente. Outras são compradas por empresas maiores. O processo continua, pois cada indústria depende da outras, cada uma compra de outras, cada uma é credora da outras. Se uma não está em condições de pagar, arrasta outras à bancarrota. Cada empresa que se fecha ou diminui sua produção, despede operários, aumentando o número de desempregados e, por conseguinte, a parte da população que não tem mais dinheiro para comprar aquilo de que necessita. Com essa diminuição da procura de mercadorias, reduz-se ainda mais o nível de produção. A crise prossegue, agravando-se. Às vezes, passam-se anos antes da produção capitalista retomar o ritmo anterior. Quando chega a esse ponto, as empresas fracas já sucumbiram. As mais fortes sobreviveram, tornando-se mais poderosas, uma vez que a concorrência foi eliminada temporariamente. Na crise, portanto, o processo de concentração de capitais se acentua.

Qual é precisamente a causa dessa crise capitalista, dessa falta de comprador, dessa queda periódica da produção? Para compreendermos esse fenômeno temos de retornar a uma importante característica do modo de produção capitalista.

Acumulação capitalista

Vimos que a mais-valia é constantemente criada pelo processo de produção capitalista, isto é, o proprietário consegue sempre, no final de cada ano, ganhar uma quantidade de dinheiro maior do que a empregada por ele. Vimos também que essa quantidade adicional de dinheiro provém da apropriação de uma parte resultante do trabalho operário.

Que acontece com essa quantidade a mais de dinheiro que "aparece" no final de cada ano? É claro que uma parte dela é desviada para o próprio sustento do capitalista, incluindo seus divertimentos, viagens, luxos, etc. Mas uma outra parte da mais-valia, geralmente a maior, é usada para comprar outras máquinas, mais matérias primas e para empregar mais operários. Essa segunda parte é somada ao capital existente, com o que, no final de mais um ano, o capitalista conseguirá uma quantia maior de mais-valia. Em poucas palavras, ele acumula capital. Não se trata de uma mera ambição pessoal. O capitalista não pode agir de modo diferente. Ele é obrigado a acumular capital se quiser sobreviver, se quiser enfrentar a concorrência. Vejamos um exemplo concreto:

Digamos que o dono de uma gráfica movimenta um capital de 100 milhões, dos quais 80 milhões são utilizados para comprar papel, papelão, tintas, vernizes, etc. – isto é, aplicados em *capital constante* – e 20 milhões são aplicados em salários, isto é, em *capital variável*. Imaginemos que, com a venda de sua produção, o proprietário obtenha, no final do ano, 120 milhões. Se for de 100% a taxa de mais-valia, essa será representada por 20 milhões que aparecerão a mais no final do ano. Com o início de um novo ano, o capitalista investirá novamente capital para a produção. Esse capital será o

mesmo que o investido no ano anterior? Normalmente, não. O capitalista usará digamos, metade da mais-valia conseguida antes (10 milhões, neste caso) e a juntará ao capital. Portanto, este cresceu agora para 110 milhões. Conservando a mesma proporção entre capital constante e capital variável, ele disporá de 86 milhões para matérias-primas e de 22 milhões para salários de operários. Conservando as mesmas condições de trabalho, e a mesma taxa de mais-valia (100%), ele venderá as mercadorias produzidas neste segundo ano por 132 milhões. No final deste ano, contentando-se em acumular a metade de mais-valia obtida, passará a ter agora um capital de 121 milhões. Em síntese, quanto mais o capitalista acumula, mais ele pode acumular.

Efeitos da acumulação capitalista

Demos acima um exemplo simples de acumulação de capital, supondo que todos os fatores do processo de produção - preços, salários, horas de trabalho - continuem inalterados durante três anos de atividade produtiva. Consideramos que a força produtiva do trabalho durante o processo de acumulação se manteve inalterada. Consideramos também que a proporção entre o capital constante (máquinas, matérias-primas) e o capital variável (salários) tenha continuado a mesma. Na realidade, porém, as coisas não ocorrem assim.

O crescimento do capital no decorrer do processo de acumulação aumenta na realidade a força produtiva do trabalho. Desse modo, o mesmo número, ou um número menor de operários, produzirá quantidades sempre maiores de mercadorias, graças à utilização de novas e mais aperfeiçoadas máquinas.

Na prática, isso significa que a proporção entre o capital constante e o capital variável sofre uma constante alteração durante o processo de acumulação. O capitalista passa a usar as somas crescentes de capital que lhe são postas à disposição para comprar máquinas modernas que barateiem o custo de produção. Uma máquina permite esse barateamento quando sua operação necessita de menos força de trabalho, isto é, de um menor número de operários. Assim, a mesma quantidade ou uma quantidade maior de mercadorias passa a ser produzida por um menor número de trabalhadores, diminuindo o preço de custo de cada uma dessas mercadorias.

A proporção entre capital constante e capital variável é chamada COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL. Na medida em que, no processo de acumulação o capitalista investe somas sempre maiores em máquinas sempre mais modernas, ele aumenta a parte constante do capital em relação à parte variável. Assim, como conclui Marx, **a composição orgânica do capital cresce no decorrer do processo de acumulação.**

Quais são os efeitos práticos desse crescimento da composição orgânica do capital? Quais são os efeitos desse aumento dos investimentos em instalações e máquinas, feito às custas da força de trabalho humana?

Primeiramente, o aumento da composição orgânica do capital cria um desemprego latente, um exército de reserva de trabalho que exerce pressão sobre os salários, pois, para cada operário despedido, pode ser empregado outro com remuneração mais baixa. Portanto, do ponto de vista dessa força

de trabalho prejudicada, as inovações técnicas do capitalismo são usadas para baixar o nível de vida das massas e aumentar a miséria. Mas há uma consequência mais radical ainda, que é responsável pelas crises cíclicas.

Superprodução e capacidade aquisitiva

Sabemos que o capitalista tende a produzir o máximo que seu equipamento permite, pois só assim o capital continua a crescer através do processo de acumulação. A produção capitalista não visa mais do que o crescimento do próprio capital.

Entretanto, o processo produtivo se caracteriza pela existência de duas fases, uma dependente da outra. Na primeira destas fases, a mercadoria produzida deve ser vendida, ou seja, trocada por dinheiro. Na segunda fase, o capitalista usará este dinheiro para comprar mercadorias, para continuar a produzir. Desde que consiga trocar suas mercadorias por dinheiro, não terá maiores problemas para realizar a segunda etapa de processo. Porém, se demorar em vender suas mercadorias, ou não conseguir vendê-las, também demorará em comprar, ou desistirá de comprar mercadorias nas demais fábricas.

Uma fábrica vende para outra e para terceira, que, por sua vez, também repete a operação. Essa circulação de mercadorias em forma de produtos acabados, semi-acabados ou matérias-primas, perfaz grande percentagem da produção bruta de um país. Mas toda esta produção de máquinas, matérias-primas, produtos semi-acabados e demais elementos da produção só tem sentido dentro de um esquema que acaba na fabricação de artigos para o consumo da massa. O cidadão que compra uma escova de dente ou um rádio, está pagando uma parcela de um enorme investimento de capital feito em diversas e sucessivas indústrias que participam tanto da produção das matérias-primas como do produto final e de todas as instalações necessárias requeridas pelo conjunto do processo de produção.

O capitalista gasta muito individualmente, mas a satisfação das suas necessidades não consome o suficiente para impulsionar a produção das grandes indústrias. Apesar de ser grande o consumo feito pelos próprios capitalistas, ele é satisfeito por uma parcela pequena do que essas indústrias produzem. Essas indústrias dependem, isto sim, de uma grande massa de consumidores que, na sociedade burguesa, é constituída de assalariados. Quanto mais desenvolvida a sociedade, maior a participação dos operários no consumo geral.

Porém, como já vimos, no decorrer da acumulação de capital, decresce justamente aquela parte do capital - o capital variável - que é destinada aos salários. É então inevitável a contradição: tomando-se a acumulação de capital durante um ano, isto é, o conjunto dos capitais investidos no processo de produção anual - só a parte variável deste capital (salários) está disponível para a aquisição dos produtos de consumo em massa. Porém a venda desses produtos tem de repor tanto o capital constante quanto o variável. Finalmente, tem de obter o lucro esperado, sem o qual não haveria produção capitalista.

Nestas circunstâncias, poderia parecer que a produção capitalista deveria entrar em colapso ao final de cada ano, na hora do balanço. Evidentemente, isto não acontece pelas razões já expostas: grande parte das empresas compra de uma e vende para outras empresas capitalistas. E cada ciclo de investimentos adia a solução do problema do produto final da indústria de artigos de massa. Todavia, periodicamente, a crise vem à tona. Depois de tanto investimento, descobre-se que os mais variados artigos de grande consumo estão parados nas prateleiras das casas de comércio. Descobre-se que o mercado está saturado. Em outras palavras, descobre-se que os salários no mundo capitalista não conseguem absorver a produção. As máquinas são paralisadas à espera de "tempos melhores".

Essas crises de superprodução ocorrem periodicamente na sociedade capitalista. Houve uma época em que elas se deram com regularidade. De dez em dez anos, eclodia uma dessas crises. As guerras mundiais e as destruições em massa alteraram esse ciclo, mas não o aboliram. Em 1929, o mundo passou pela mais profunda das crises conhecidas até hoje. O medo ante a possibilidade de se repetir este fenômeno domina a política e a economia capitalistas. Depois da segunda grande guerra, houve um período em que as crises, embora não eliminadas, apareceram de forma atenuada, devido às imensas dificuldades criadas pela destruição e desgaste dos parques industriais de países inteiros. A industrialização de vastas regiões do mundo subdesenvolvido, a chamada "segunda revolução industrial", o aproveitamento da descoberta da energia nuclear e da eletrônica e, finalmente, a corrida armamentista, influíram igualmente nesta expansão econômica. Porém, cada um destes fatores contribuiu para aumentar mais ainda a capacidade produtiva da sociedade, capacidade esta que não é acompanhada pelo aumento da capacidade aquisitiva dos homens que vivem na sociedade capitalista.

Os economistas burgueses também já conhecem essa realidade. Em vista disto, os reformadores de sociedade capitalista propõem aumentar a capacidade de consumo das massas, como remédio contra as futuras crises. O remédio é antigo e ineficaz. Cada crise – já observou Engels - é justamente precedida por uma fase de prosperidade, fase em que os salários atingem o ponto mais alto e o desemprego é reduzido ao mínimo, isto é, fase em que a capacidade aquisitiva das massas atinge o ponto máximo possível na sociedade capitalista. Porém isto não impede, ao contrário, condiciona o desenvolvimento da próxima fase da crise. Poder-se-ia dizer que esse desencadeamento é inevitável: as fases da expansão industrial aumentam a capacidade das forças produtivas, a produtividade do operário. Ora, na sociedade capitalista, isto quer dizer que cresce a exploração do operário. Amplia-se a parte do trabalho que é apropriada pelo capitalista. Apesar de todos os aumentos de salários – possíveis nesta fase de prosperidade - cresce a desproporção entre salários e os montantes investidos em máquinas e matérias-primas, isto é, cresce a desproporção entre capital variável e capital constante.

É essa a contradição fundamental da economia capitalista, que existe entre o caráter social do trabalho e o caráter individual da apropriação desse mesmo trabalho. Enquanto toda a sociedade trabalha e se divide no processo do

trabalho, os resultados do esforço comum são apropriados por uma minoria de capitalistas.

Em todas as fases da produção capitalista existe essa contradição. Mesmo nas fases de maior expansão industrial e econômica, há mercadorias à espera de compradores e há massas necessitadas que não podem comprar estas mercadorias. Depois da segunda grande guerra - durante uma fase de prosperidade inédita na economia capitalista, colheitas inteiras de trigo apodreceram em armazéns nos Estados Unidos, enquanto milhões de brasileiros morrem de subnutrição. Nós mesmos conhecemos o fenômeno de depósitos cheios de milhões de sacas de café enquanto grande parte da humanidade não toma café ou toma somente aos domingos. No período de crise, esta contradição se aguça e toma dimensões desastrosas. Imensas quantidades de bens de consumo e de bens de produção são desvalorizadas e destruídas, enquanto cresce a miséria e a fome das massas, enquanto é reduzida e paralisada a produção, à espera de que o capital empregado dê novamente lucro. O lucro é a força motriz da economia capitalista e o único motivo da sua razão de ser e de produzir.

Só as economias socialistas, as economias daqueles países que passaram por uma revolução proletária vitoriosa, superaram essa contradição. Na União Soviética, na China, em Cuba, se produz conforme as necessidades das massas. Não se conhece mais o fenômeno da "superprodução". Ao contrário, a economia destes países enfrenta a dificuldade de suprir os seus povos com todos os bens que o crescente nível de vida requer. Trata-se de países que fizeram as suas revoluções enquanto ainda estavam numa fase de subdesenvolvimento, com suas economias pobres. Têm de recuperar o tempo perdido e fazer a industrialização básica que as suas derrubadas burguesias não conseguiram fazer no passado. Eles a estão fazendo em bases socialistas, sem crises de superprodução, num progresso contínuo, que indica o futuro caminho da humanidade.

Crises cíclicas capitalistas

As crises capitalistas desenvolveram-se no século passado a espaços regulares que foram alterados pelo mecanismo das guerras, que as antecipou, adiou ou abreviou. Sua cronologia é a seguinte:

- crise de 1900
- crise de 1907
- crise de 1913
- Crise de 1921
- Crise de 1929

A crise de 1929 é tomada como exemplo mais claro das crises capitalistas, principalmente pelas repercussões mais profundas que teve, como por exemplo, o desemprego: em 1929, havia 5 milhões e 900 mil desempregados em 32 países capitalistas; em 1932, como consequência da estagnação de 1929, este número havia subido a 26 milhões e 400 mil. Quanto à produção em geral, sua queda foi de 44% em todo o mundo capitalista, entre 1929 e

1932. Neste mesmo período, a produção caiu em 46% nos Estados Unidos, enquanto o desemprego aumentou de 2.500.000 para 13.200.000.

Crise de 1937

Essa crise, a propósito da qual se esperavam proporções maiores que as de 1929, foi "salva" pela necessidade de investimentos bélicos em geral solicitados pela segunda guerra mundial. O desemprego, que em 1937 havia baixado para 14 milhões, voltou em 1938 a atingir 18 milhões. Quanto à produção, esta havia caído em 1929, em 19,3% nos Estados Unidos. Em 1937, sua queda é de 21,9%. Na Inglaterra, o confronto entre estes dois anos assinala uma queda de produção de 8% em 1929 e de 9,5% em 1937. Os dados relativos à França são respectivamente: 11,4% e 15,5%. Se dermos o índice 100 para a produção industrial dos Estados Unidos em 1929, veremos que, depois de certa recuperação em 1937 - quando esta produção chegou a 103 - o índice cai novamente para 98 em 1939, isto é, abaixo inclusive dos fracos índices de 1929. Baseada, sobretudo nos investimentos bélicos, a produção norte-americana se recupera para chegar ao índice de 215 em 1943. Após a guerra, o caminho é o seguinte: retorno a uma certa depressão que se concretizará na próxima crise.

Crise de 1949

A evolução da produção norte-americana nos anos anteriores foi a seguinte:

1945.....	181
1946	136
1947	170
1948	176
1949	164

Em seguida, a economia norte-americana retoma seu desenvolvimento até 1953.

Crise de 1953

Eis o quadro da produção norte-americana entre 1950 e 1953:

1950	190
1951	203
1952	210
1953	227
1954	212

Crise de 1958

Foi esta a última das crises cíclicas do capitalismo observadas até agora. A produção norte-americana, entre 1955 e 1958, apresentou o seguinte desenvolvimento:

1955	236
1956.....	243
1957.....	243
1958	216

Através das diversas tentativas para conter ou sair das crises, o regime capitalista vai distanciando cada vez mais o seu potencial de produção de fato, o que destaca claramente a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

O quadro abaixo apresente a relação entre o potencial da indústria de transformação norte-americana e a sua produção:

ANO	POTENCIAL DE PRODUÇÃO	PRODUÇÃO
1950	100	100
1954	126	112
1955	134	124
1956	142	127
1957	151	127

Mesmo tomando-se o ano de 1950 como um momento em que se igualava o potencial de produção e a produção de fato, sete anos são suficientes para comprovar a tendência incontável de distanciamento de um índice em relação ao outro.

Brasil

A crise econômica destes últimos anos no país é uma crise capitalista gerada no interior do próprio sistema. Se anteriormente as crises eram um reflexo dos ciclos das sociedades capitalistas avançadas (de que a depressão de 29 é o exemplo mais marcante), esta última se deu em pleno momento de apogeu da economia norte-americana.

A crise foi causada pelo esgotamento relativo da acumulação capitalista que se vinha dando no Brasil. A produção nacional na década de 50 alcançou a taxa média de crescimento anual de 5,2%, apontando sinal de declínio a partir de 1962; cresceu em apenas 1,4% em 1963 (menos do que o crescimento da população, que tem tido a taxa média anual de 3%), decresceu em 3% em 64 e permaneceu estagnado em 1965. É que o surto de desenvolvimento da década anterior, fazendo aumentar grandemente a procura dos meios de produção (matérias-primas, máquinas, trabalhadores), criou condições para que estes meios de produção tivessem aumentados os seus preços. O aumento dos preços dos produtos agrícolas, dos equipamentos importados para a indústria, a resistência crescente dos operários à sua exploração, fizeram diminuir a taxa de lucro e desencadearam os mecanismos das crises.

No ano de 1966, justamente como efeito da intensificação da exploração da classe operária e da concentração e centralização de capitais, a produção apresentou uma relativa recuperação, ainda que bem diminuta, em virtude mesmo do envelhecimento precoce do capitalismo brasileiro.

oooooooooooooooo

Aula VI

IMPERIALISMO - FASE SUPERIOR **DO CAPITALISMO**

"Imperialismo" tornou-se um termo bastante comum no vocabulário político de um povo como o nosso. Quando nós o empregamos ou quando outros o empregam, pensamos logo em domínio estrangeiro, exploração, guerra, etc. Mas será que toda guerra, toda exploração, todo domínio estrangeiro são imperialistas?

Imperialismo e capitalismo são inseparáveis

Quando nos referimos ao imperialismo como fenômeno contemporâneo, estamos caracterizando um estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista. Mais especificamente, do desenvolvimento do capitalismo nos países industrialmente avançados. Historicamente, o imperialismo é a fase mais alta que o sistema capitalista - baseado na exploração do trabalho assalariado - é capaz e obrigado a atingir. Então, perguntamos, o que distingue o capitalismo imperialista do capitalismo clássico que Marx e Engels descreveram e analisaram?

Como fenômeno definido, o imperialismo começou a se delinear no início do nosso século, chamando a atenção dos marxistas revolucionários. Muitos deles, como Rosa Luxemburgo, Bukharin e outros, ocuparam-se com o problema, mas foi Lênin quem mais claramente descreveu e definiu a nova fase do capital, prosseguindo assim a obra dos fundadores do socialismo científico. Aliás, é também por causa disso que se diz ser o leninismo o marxismo da época do imperialismo. Vejamos as cinco principais características que Lênin aponta no imperialismo:

1ª) Monopólios

A concentração da produção e do capital alcançou dimensões tão altas que criou monopólios, isto é, o domínio exclusivo de empresas gigantescas que assumem um papel decisivo na vida econômica da sociedade. A aplicação contínua da acumulação e o constante crescimento da composição orgânica do capital, as crises cíclicas e a permanente absorção das empresas capitalistas médias e menores pelas grandes empresas, tudo isso aumentou o poder destas últimas às custas das demais a ponto de lhes assegurar o virtual domínio de amplos mercados. Esse domínio exclusivo suprimiu virtualmente a livre concorrência entre muitas empresas - concorrência característica do capitalismo clássico - dando aos monopólios maior liberdade para ditar os preços e usufruir um lucro suplementar. Todavia, o domínio dos monopólios não eliminou a concorrência entre capitalistas. Suprimiu, isto sim, a forma original de livre concorrência entre empresas isoladas, elevando-as a uma forma mais violenta, como a luta entre monopólios pelo domínio de mercados inteiros.

2ª) **Capital financeiro**

As crescentes necessidades de levantamento de capitais - em virtude da centralização e concentração da produção - fizeram com que o capital industrial caísse cada vez mais na dependência do capital bancário. A necessidade de empréstimos periódicos fez com que os bancos começassem a participar diretamente das empresas adquirindo ações ou tomando conta daquelas empresas que não conseguiram saldar os seus compromissos. Por outro lado, algumas empresas grandes, industriais - para não caírem na dependência dos empréstimos bancários para levantar capitais.² De um modo ou de outro, o resultado foi a mesma: fusão do capital industrial com o bancário, o que originou o chamado capital financeiro concentrado nas mãos da oligarquia financeira. Por intermédio dos depósitos bancários da burguesia e da classe média, bem como das chamadas "ações populares" vendidas em grande escala, essa oligarquia financeira começou a monopolizar os capitais disponíveis para a produção em grande escala, assim como as indústrias básicas instaladas nos países altamente industrializados.

3ª) **Exportação de capitais**

O capitalismo clássico procurava aumentar sua produção, com isso, os seus lucros, mediante a exportação de mercadorias industriais para o maior número possível de países estrangeiros. O capitalismo imperialista não se satisfaz com a exportação de produtos acabados ou semi-acabados. Procura, isto sim, dominar a produção de países mais fracos através do que, em linguagem econômica, se denomina exportação de capitais. Procura investir no estrangeiro, principalmente em países subdesenvolvidos, os capitais que já não consegue colocar no mercado interno do país de origem, em virtude das limitações da capacidade aquisitiva do povo que aí vive. Imobilizados no país de origem, esses capitais não são lucrativos. Por isso, o capitalismo imperialista procura investir nos países onde a taxa de lucro é maior do que a vigente no país de origem. Esses países, que constituem um bom mercado, são justamente os países subdesenvolvidos, onde a composição orgânica do capital é inferior, em virtude do atraso do desenvolvimento técnico, e onde a força de trabalho - o salário - é mais barata, em virtude do baixo nível de vida.

4ª) **Monopólios internacionais**

A concentração de capitais, a fusão do capital industrial com o bancário e a exportação de capitais para o mundo inteiro, resulta na formação de monopólios capitalistas internacionais. Estes encetam a luta pelo domínio do mercado mundial, terminando por dividi-lo. Essa concorrência em nível mais alto, que se desenvolve em forma organizada e em escala internacional, está presente em importantes implicações da política mundial.

5ª) **Divisão territorial do mundo**

Num certo momento, essa concorrência conduziu a uma divisão praticamente completa do mundo entre as grandes potências imperialistas que passam a dominar vastos impérios coloniais. Essa divisão terminou praticamente na

² Transcrito conforme o original. A frase deve estar truncada por erro de datilografia.

primeira década deste século. As duas grandes guerras não foram senão o choque do imperialismo anterior com potências imperialistas mais novas - a Alemanha e seus aliados - que apareceram tarde no cenário internacional, forçando uma redistribuição das partes do mundo submetidas pelo imperialismo.

São essas, pois, as características fundamentais que Lênin descreveu (1916) a propósito do imperialismo, compreendido como estágio particular e mais alto do capitalismo. Lênin salienta que o imperialismo não é produto do "mau capitalismo", nem o produto de uma escolha consciente dos capitalistas. Trata-se de uma fase inevitável a um certo estágio de evolução do capitalismo nos países mais adiantados, nos países onde as contradições do sistema atingem o seu auge e onde o conflito entre monopólios - e conseqüentemente entre potências imperialistas - leva periodicamente a novas tentativas de redivisão do mundo, a novas guerras inter-imperialistas.

A associação imperialista

É óbvio que a história não parou e tampouco a evolução do imperialismo. Quais são as novas características do imperialismo de hoje? São fundamentalmente duas:

"Cooperação antagônica" - Inicialmente, o velho antagonismo interimperialista - que foi o traço fundamental nos tempos de Lênin e chegou a desencadear a Segunda Guerra Mundial (1939-45) - passou para o segundo plano, em virtude de profundas modificações ocorridas na política internacional e das lutas de classes em escala mundial. Quando terminou a última Grande Guerra, o capitalismo europeu - berço e esteio do capitalismo mundial - estava tão enfraquecido que possibilitou a supremacia de uma outra potência imperialista, não européia, sobre as demais. Essa potência, os Estados Unidos da América do Norte, estabelece sua supremacia pelo fato de que, dentro de constelação imperialista vitoriosa, ela dispunha de um potencial econômico e militar superior ao das demais potências imperialistas reunidas. Porém, o fato decisivo, a partir do qual o campo imperialista aceitou a supremacia norte-americana, era uma ameaça nova e maior, que nenhum dos países imperialistas podia enfrentar isoladamente: trata-se do avanço das revoluções socialistas no próprio continente europeu e até nas terras da China. Simultaneamente, ao fim da Segunda Grande Guerra, o país da primeira revolução socialista - a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - tornou-se a mais forte potência do velho mundo, mais poderosa que toda a Europa capitalista reunida. Essa ameaça ao próprio sistema capitalista forçou a composição de uma aliança entre as potências imperialistas. Essa aliança - na qual as mais fracas se submetiam às mais fortes - era dominada econômica, política e militarmente pelos Estados Unidos. Formou-se a então chamada "cooperação antagônica", segundo a qual os países imperialistas mais fracos transformam-se em "sócios menores" do imperialismo norte-americano, o que vale dizer que esse tipo de cooperação abre um campo de investimentos para capitais norte-americanos.

Trata-se fundamentalmente de uma cooperação voltada para a defesa e manutenção de um sistema capitalista e imperialista. Mas trata-se igualmente de uma cooperação antagônica, pois o velho antagonismo

interimperialista não desapareceu e não pode desaparecer, como testemunha atualmente a relação da França com os Estados Unidos. Esse antagonismo, porém, mudou de forma, tendo perdido sua agudez em face do antagonismo maior que se estabeleceu entre dois sistemas sociais distintos que disputam o domínio do mundo. Não existe hoje uma ameaça de guerra entre países imperialistas. É atualmente impossível se repetir a situação anterior à guerra, em que um país socialista – a União Soviética – pôde aproveitar o antagonismo interimperialista, aliando-se a uma das facções na luta contra a outra. É impossível hoje se repetir a situação em que lutando pelo poder, os imperialistas, como se deu na China,³ onde os Estados Unidos pressionaram Chang-Kai-Chec para sustentar a guerra civil. O campo socialista e o bloco imperialista enfrentam-se mutuamente. E a linha que os divide, separa dois sistemas sociais irreconciliáveis.

O domínio imperialista muda de forma

Decorre dessa contradição fundamental - que rege as relações internacionais após a Segunda Grande Guerra - uma mudança da forma pela qual o imperialismo exerce o seu domínio.

Lênin ainda falava da divisão territorial entre potências imperialistas, referindo-se principalmente ao domínio colonial que praticamente subjagara toda a Ásia e toda a África. Esse domínio dos países economicamente atrasados pelos países capitalistas avançados sofreu mudanças. Na maior parte das vezes, os países imperialistas já não precisam recorrer à ocupação direta para exercer o seu domínio, isto é, já não precisam recorrer à forma de regime colonial. Observamos, isto sim, a retirada dos exércitos coloniais da Ásia e da África e a formação de inúmeros países formalmente soberanos. Porém, o domínio imperialista prossegue e a exploração imperialista se torna freqüentemente mais intensa. Que explicação dar a isso?

A liquidação do velho sistema colonial tornou-se uma medida aconselhável do ponto de vista da própria aliança imperialista, interessada em neutralizar os focos revolucionários que enfraqueciam o sistema capitalista. Em sua luta contra o domínio colonial, os povos subjugados podiam se tornar aliados diretos e imediatos do campo socialista. Por outro lado, em virtude da associação das potências imperialistas, o velho sistema colonial tornou-se supérfluo. A função deste já não era oprimir os povos coloniais como também criar barreiras à penetração dos capitais imperialistas rivais. Foram os Estados Unidos os que mais freqüentemente se empenharam na retirada das potências coloniais. Em troca, expandiu a exploração que o imperialismo "associado" exerce nas regiões subdesenvolvidas.

Todavia, a liquidação do sistema colonial só se tornou possível do modo descrito acima em virtude do surgimento da nova contradição internacional nas relações mundiais. Essa contradição tornou aliadas latentes do imperialismo todas as burguesias nacionais ameaçadas pela revolução social. Não estando ocupados militarmente e nem submetidos a outra forma de governo colonial, o imperialismo só pode dominar esses países por intermédio das classes dominantes nacionais. Economicamente, o

³ Transcrito conforme o original. A frase deve estar truncada por erro de datilografia.

imperialismo os domina por intermédio da chamada política de “desenvolvimento” – que tomou o lugar da velha fórmula das antigas potências coloniais que se propunham expandir a tão decantada “civilização”, isto é, mediante os investimentos de capitais e a associação com os capitais nacionais. Nessa associação, as burguesias nacionais tomam o lugar de “sócio menor”. Já que as classes dominantes desses países subdesenvolvidos têm de propugnar pelo caminho capitalista de desenvolvimento – à base da propriedade privada dos meios de produção – elas ficam na dependência não só de capitais estrangeiros como também de processos de produção, de patentes que, na sociedade capitalista, são propriedade particular. Politicamente, o imperialismo domina os países subdesenvolvidos por causa do virtual monopólio de armamentos modernos, colocando-os à disposição do sócio “menor” para a repressão das massas revoltosas dos países subdesenvolvidos, massas que pagam os custos do desenvolvimento capitalista.

É claro que também essa colaboração entre o imperialismo e as burguesias nacionais não é isenta de atritos, observando-se igualmente uma forma de “cooperação antagônica”. A cooperação se dá em torno da conservação do sistema de exploração capitalista. O antagonismo aparece na divisão do produto dessa exploração, na divisão da mais-valia, ficando o imperialismo com a parte do leão.

As burguesias nacionais procuram, ou procuraram freqüentemente aproveitar a contradição entre o imperialismo e o socialismo, tentando ampliar o comércio, obter créditos e outras formas de ajuda com os países socialistas, para escapar da ou atenuar a pressão imperialista. Todavia, em longo prazo, em todas as crises, elas se definem pela defesa do sistema social capitalista, sistema que tem sua razão de ser. Assistimos no mundo de hoje a uma inter-relação entre política interna e externa, como só se conheceu na Europa durante a época da Revolução Francesa.

Para os povos dos países subdesenvolvidos, a única alternativa à exploração capitalista está na revolução socialista, como mostraram depois da última Grande Guerra, os exemplos da China e de Cuba. É ilusório qualquer outro caminho de libertação do imperialismo que se firme em esperanças numa pretensa resistência das burguesias nacionais e antiimperialistas. Essa ilusão resulta em sacrifícios muito caros pagos pelas massas trabalhadoras, como mostra o exemplo do nosso país, bom como, mais recentemente, o da Indonésia. Como já assinalou Lênin, do mesmo modo como as burguesias dos países altamente industrializados não podem “escolher” tornar-se ou não imperialistas, também as burguesias dos países subdesenvolvidos não podem fugir da “cooperação antagônica” com as potências imperialistas. O seu caminho é determinado pelos seus interesses de sobrevivência como classe.

A análise do imperialismo feita há cinquenta anos por Lênin não foi desvalorizada pelo desenvolvimento mais recente. Ao contrário, ele só é compreensível à base das posições leninistas. Além das cinco características do imperialismo acima citadas, Lênin ainda apresentou mais duas de caráter social e histórico que se acentuaram com o desenvolvimento. Primeiramente, ele chamou a atenção sobre o caráter parasitário do imperialismo, criando-se uma camada ociosa de indivíduos que vivem às custas do trabalho alheio executado nos quatro cantos do mundo, que se torna um obstáculo ao

progresso social e econômico. Em segundo lugar, Lênin acentua que o imperialismo representa a fase do capitalismo decadente. Decadente, porque o domínio dos monopólios e da concentração dos capitais nas mãos de poucos aumenta o desnível na sociedade capitalista. Hoje, cresce a distância entre países capitalistas altamente industrializados em relação aos subdesenvolvidos. Estes não têm qualquer perspectiva de alcançar o nível técnico e o nível de vida em que se situam as metrópoles imperialistas. Dentro do sistema capitalista, os países subdesenvolvidos são condenados a serem eternos objetos de exploração.

A exploração imperialista realiza-se mediante a transferência, para os países industrializados, de uma parte da mais-valia produzida pelo proletariado dos países subdesenvolvidos. Com isso, as potências imperialistas aumentam o nível de vida dos seus povos, neutralizando assim, o espírito revolucionário do proletariado que nelas vive. Porém, esse fato indica ao mesmo tempo a enorme vulnerabilidade do sistema imperialista tomado como um todo e a importância que a luta dos povos subdesenvolvidos tem para a Revolução Socialista Mundial. Na medida em que, um após outro, cada país siga o exemplo, da China e de Cuba, livrando-se da exploração imperialista, diminui o domínio do imperialismo mundial, restringem-se os seus mercados e campos de investimento e torna-se cada vez mais difícil para a burguesia dos países imperialistas, anestesiar o seu proletariado com a ascensão do nível de vida. Será o despertar dessa classe operária dos países imperialistas, a volta às suas tradições revolucionárias, assim como a luta das massas que habitam os países subdesenvolvidos e que constituem a imensa maioria da humanidade, tudo isso apoiado na solidariedade material de todo o campo socialista que dará o golpe final no imperialismo.

A exploração imperialista

Alguns dados fornecidos por fontes norte-americanas dão uma idéia da importância das exportações de capitais para a economia e o nível de vida que vigora nos países imperialistas.

Primeiramente, há uma crescente importância da exportação de capitais comparada com a exportação de mercadorias. Conforme estatísticas do National Industrial Conference Board, de Washington, deram-se as seguintes alterações no período compreendido entre 1950 e 1965 (em bilhões de dólares):

ANO	Investimentos diretos e indiretos dos EUA no mundo (exportação de capitais)	Exportação de mercadorias dos EUA
1950	44	10
1965	143	25

Enquanto as exportações de mercadorias aumentaram em 2,5 vezes, as exportações de capitais tiveram um aumento de 3,5 vezes, destacando-se visivelmente a importância global destas últimas. Segundo a mesma fonte, os

ingressos provenientes das exportações de capitais representavam, em 1950 somente 10% de todas as empresas não financeiras (com exceção de bancos e similares) enquanto que em 1964 essa porcentagem aumentou para 22%.

Essas exportações de capitais são feitas por monopólios – empresas capitalistas altamente concentradas como mostra a tabela abaixo, cujos dados relativos ao número de firmas norte-americanas e ao montante do capital que investem no exterior, foram fornecidos pelo Departamento de Comércio, de Washington.

INVERSÕES INTERNACIONAIS DIRETAS DOS EUA NO ANO DE 1957

Montante em milhões de dólares	Número de firmas	% do total dos investimentos
100 (ou mais)	45	57
50 - 100	51	14
25 - 50	67	9
10 - 25	126	8
5 - 10	166	5
Total	455	93

Isso mostra que 455 empresas exportam 93% dos capitais norte-americanos e que somente 45 das maiores dessas empresas são donas de mais da metade (57%) dos capitais norte-americanos espalhados pelo mundo.

Finalmente, para termos idéia da distribuição e do rendimento dos capitais norte-americanos, citamos em seguida o movimento de saída e entrada de capitais durante o período que vai de 1950 e 1965. Os dados foram fornecidos também pelo Departamento de Comércio de Washington:

INVESTIMENTOS EXTERNOS NORTE-AMERICANOS ENTRE 1950-1965 (em bilhões de dólares)

	Europa	Canadá	América Latina	Resto do Mundo
Exportações de capitais dos EUA	8,1	6,8	3,8	5,2
Ingressos sobre esses capitais	5,5	5,9	11,3	14,3
Exportação líquida	+2,6	+0,9	-7,5	-9,1

O que salta à vista nessa tabela é o rendimento do capital investido na América Latina e no resto do mundo, isto é, nos países subdesenvolvidos, onde a taxa de lucro é superior à dos países industrializados, sendo, conseqüentemente, maior a exploração imperialista.

O outro lado da medalha representa a penetração dos capitais imperialistas nas economias dos países subdesenvolvidos. No caso do Brasil, uma publicação da Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro revela o domínio do capital financeiro internacional dos grupos industriais e financeiros mais poderosos que atuam no Brasil. Assim, entre 83 grupos, com um capital entre 1 e 4 bilhões de cruzeiros, 35% são estrangeiros e 65% nacionais. Do capital estrangeiro 44,8% é norte-americano.

Na medida em que cresce o poderio dos grupos, aumenta a influência estrangeira. Entre 55 grupos, com um capital de mais de 4 bilhões a 30 bilhões de cruzeiros, há 52,8% de estrangeiros; 43% de nacionais e 3,6% considerados de capitais mistos. O capital norte-americano predomina na rubrica estrangeira com 20,2%.

Se somarmos o total de 138 grupos mais poderosos que dominam a economia do país – e que são monopólios capitalistas - chegamos a uma média de cerca de 44% de empresas compostas por capital imperialista. Destas, cerca de 30% são norte-americanas, pertencendo, pois, ao imperialismo mais poderoso.

Esses dados não dão uma idéia completa do domínio imperialista, pois a associação entre o capital nacional e o capital imperialista garante também a este uma participação nas demais empresas da nacional,⁴ em forma de "royalties" sobre processos de produção, patentes de produtos acabados, etc.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞

⁴ Transcrito conforme o original. A frase deve estar truncada por erro de datilografia.

Aula VII

DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA À SOCIEDADE SEM CLASSES

Vimos como a expansão mundial do capitalismo permitiu um extraordinário desenvolvimento das forças produtivas. Essa acumulação de riqueza foi possível graças à crescente divisão de trabalho e à cooperação entre os homens, isto é, graças ao caráter social da produção. Mas vimos também como a contínua apropriação do produto do trabalho por mãos particulares, pelos capitalistas, que só visam seu lucro, torna-se uma limitação ao desenvolvimento das forças produtivas.

Essa contradição entre o caráter social do trabalho e a apropriação particular do produto do trabalho, traço fundamental das relações de produção capitalista - implica numa produção anárquica, em crises cíclicas a num desenvolvimento desigual, que permite a exploração dos países subdesenvolvidos por potências capitalistas industrializadas. Esta é fundamentalmente a causa das lutas de classe no mundo atual, da revolta do proletariado e das demais classes exploradas.

Para o proletariado não se trata simplesmente de uma luta por maior "igualdade" ou maior "justiça". A situação da humanidade não será resolvida por uma redistribuição das riquezas do mundo. Trata-se de mudar as relações de produção. O capitalismo nunca conseguiu satisfazer as necessidades da humanidade. As grandes fábricas, nas mãos dos capitalistas, nunca produziram sapatos, escovas de dente, chuveiros e aparelhos de televisão, suficientes para satisfazerem as necessidades de um só povo, mesmo o mais "rico". Produziram na medida em que encontraram compradores, isto é, gente que possa pagar e propiciar a obtenção de lucro; produziram, portanto apenas para uma fração, maior ou menor em cada país.

Por isso, a redistribuição das riquezas que o capitalismo criou não seria mais do que uma distribuição de miséria. O sentido da luta do proletariado tem de criar, portanto, as premissas para uma nova expansão das forças produtivas, que satisfaça de fato às necessidades de todos. Que possa planificar a produção, que elimine não só os privilégios e a miséria, mas igualmente o desenvolvimento desigual das forças produtivas e as crises. Isto só se dá em condições em que não só o trabalho, mas também a apropriação do fruto do trabalho for coletiva. Em que os meios de produção pertençam a toda a sociedade, isto é, em que a propriedade privada dos meios de produção for abolida e não haja mais capitalistas.

A conquista do poder político pelo proletariado

A história ensina que nenhuma classe cessa voluntariamente seu domínio, abandona o cenário sem resistência. Os capitalistas não constituem exceção. O meio de transformação da sociedade é a revolução, isto é, a passagem do

poder político das mãos de uma classe para outra. Na sociedade burguesa, a classe que está destinada a arrebatar o poder das mãos dos capitalistas é o proletariado.

Essa tendência histórica já foi reconhecida claramente por Marx e Engels, quando escreviam no Manifesto Comunista:

Esboçando em linhas gerais as fases de desenvolvimento do proletariado, mostramos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que existe na sociedade até o momento em que dessa guerra surge uma revolução aberta, na qual o proletariado estabelece o seu domínio pela derrubada violenta da burguesia e se torna a classe dominante.

Dessa maneira, se servirá de sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar mais rapidamente a quantidade de forças produtivas.

O desenrolar das lutas sociais na Europa, principalmente na França permitiu, todavia, aos fundadores do socialismo científico tirar mais conclusões sobre o futuro da luta proletária. Já em "As Lutas de classe na França", Marx verificou que a "revolução deverá consistir não mais em fazer com que a máquina burocrática e militar passe para outras mãos, mas em quebrá-la".

O que isso quer dizer? Quer dizer que o proletariado, para tomar o poder, para se constituir em "proletariado organizado em classe dominante", não pode se servir do Estado burguês para exercer o seu domínio. Tem de quebrar e destruir a velha máquina de opressão que serviu à burguesia e construir outro Estado, o Estado proletário.

O que é este novo Estado? É a Ditadura do Proletariado.

"A luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado" - disse Marx. E esclareceu: "esta ditadura não constitui ela mesma senão a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes".

O proletariado para exercer o seu governo, para desapropriar os capitalistas e as demais classes exploradoras, para organizar a produção em novas bases coletivistas, precisa exercer a sua ditadura. É a ditadura exercida no interesse da imensa maioria do povo, contra a minoria dos antigos exploradores e seus instrumentos e por isso mesmo essa ditadura representa um regime muito mais democrático do que qualquer "democracia" burguesa, onde a burguesia está no poder. Para exercer essa ditadura, o proletariado precisa de um Estado seu, "um instrumento de opressão de uma classe por outra". Esse instrumento é necessário enquanto existirem antigas classes resistindo à transformação social, mas o proletariado não toma o poder para perpetuar o domínio de classes. Ao contrário, ele visa o estabelecimento de uma sociedade sem classes. Por isso mesmo, Marx fala do caráter transitório da Ditadura do Proletariado. E Engels, no "Do socialismo utópico ao socialismo científico" deixa claro que:

"Uma vez que não há mais classes sociais a serem oprimidas, nada há que torne necessário um poder de repressão. O primeiro ato no qual o Estado aparece como representante de toda a sociedade - a apropriação dos meios de produção em nome da sociedade - é ao mesmo tempo seu

último ato próprio enquanto Estado. O governo das pessoas dá lugar à administração das coisas. O Estado não é abolido, ele se extingue".

Esta última frase de Engels é uma crítica aos anarquistas que defendiam a supressão pura e simples do Estado e de qualquer autoridade.

Como é que o proletariado exerce o poder?

A grande confirmação histórica das previsões de Marx e Engels foi fornecida pela Comuna de Paris, em 1871, a primeira tentativa de Ditadura do Proletariado, quando os operários de Paris conservaram o poder durante três meses. A experiência da Comuna serviu a Marx e Engels para sistematizar as características do poder proletário. Foi igualmente a experiência da Comuna que serviu a Lênin, com base na análise da Ditadura do Proletariado, para escrever "O Estado e a Revolução" e ainda serviu como precedente histórico ao proletariado russo quando, na sua revolução vitoriosa, deu ao seu governo a forma de soviets, os órgãos da democracia socialista.

Como funcionava a Comuna? Era composta por representantes eleitos por sufrágio universal, por distrito. Esses representantes eram responsáveis pelos seus atos perante os seus eleitores e podiam ser substituídos a qualquer momento. Esta era a primeira diferença entre os representantes dos operários na Comuna e um deputado de qualquer parlamento ou congresso burguês. *"Em lugar de decidir uma vez a cada três ou seis anos, quais membros da classe dominante devem representar e reprimir o povo no parlamento..."*, como disse Marx, os representantes na Comuna podiam ser chamados de volta toda vez que deixavam de defender os seus eleitores.

Mas esta não era a única diferença essencial que distinguia a Comuna dos órgãos de representação burgueses. No Estado burguês há uma divisão de poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário, que permite à classe dominante anular medidas tomadas contra seus interesses, jogando um poder contra o outro. *"A Comuna, todavia, devia ser não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo"*. O Judiciário, por sua vez, *"perdeu aquela fingida independência que só servira para disfarçar sua abjeta submissão aos sucessivos governos..."*. *"Assim como os demais funcionários públicos, os magistrados e juizes deviam ser eleitos, responsáveis e demissíveis"*.

Em terceiro lugar, todos os funcionários públicos dos mais modestos até os membros dirigentes da Comuna não podiam receber salários maiores que os operários de fábrica. Esta medida estava destinada a acabar com os privilégios de uma burocracia - o carreirismo - e deixava claro que a administração pública não estava acima, mas a serviço do proletariado organizado como classe dominante.

Entre as primeiras medidas da Comuna estavam a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado, a supressão da polícia política, a separação entre a Igreja e o Estado e a introdução do ensino gratuito. Cada uma dessas medidas - salienta Lênin - mostra que a democracia socialista é infinitamente superior a qualquer das democracias burguesas existentes.

Toda a experiência da Comuna e a concepção marxista sobre o Estado tiveram que ser "desenterradas" por Lênin, quando o socialismo reformista e revisionista da sua época se orientava para uma conquista pacífica do Estado burguês. Foi em torno da questão do Estado que se deu a divisão em socialistas (reformistas) e comunistas (revolucionários). Hoje, as concepções "pacíficas" penetraram novamente na esquerda e os revolucionários são novamente forçados a "desenterrar" essa questão fundamental do marxismo-leninismo, contra o revisionismo moderno.

Ditadura do proletariado e comunismo

O objetivo histórico da atual revolução proletária mundial é o estabelecimento de uma sociedade comunista.

O que caracteriza essa sociedade comunista? Fiel ao método científico, materialista, de Marx e Engels, não elaboramos um sistema pronto para essa nova sociedade. Não construímos utopias. Procurando dominar as leis do desenvolvimento social, podemos, todavia, definir as suas tendências. Marx e Engels deixaram claro que a sociedade comunista:

- Será uma sociedade sem classes por ter superado o problema da propriedade dos meios de produção;
- Será uma sociedade sem Estado, por ter superado a divisão em classes;
- Terá superado a contradição entre trabalho intelectual e trabalho braçal;
- Terá superado a contradição entre cidade e campo;
- Assegurará a cada um dos seus membros a satisfação das suas necessidades, independente de suas funções;
- Eliminados os desníveis de vida no mundo, criará de fato um mundo só, podendo se impor apenas em escala mundial.

O proletariado, quando derruba o regime capitalista, já pode instalar essa sociedade comunista? Evidentemente, não. Tal sociedade exige, entre outras coisas, uma expansão dos meios de produção infinitamente superior àquela que herdou de valha sociedade capitalista.

O que o proletariado tem em mãos, já disse Marx, *"não é uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede"*. (Crítica do Programa de Gotha).

Podemos acrescentar ainda, hoje, depois da experiência de várias revoluções proletárias, que essa herança de velha sociedade influi de maneira diferente nos diversos países, dependendo do grau de desenvolvimento industrial e social, que o proletariado encontra como ponto de partida para um desenvolvimento das forças produtivas. Mas o que todas as revoluções proletárias tem em comum, é que necessitam de um Estado, da Ditadura do Proletariado, durante toda uma época histórica. Precisam deste Estado, pois as classes não são abolidas, elas desaparecem no decorrer do desenvolvimento - não só as antigas classes exploradoras, como também a

diferenciação entre o operário, camponês e a camada dos intelectuais. Precisam do Estado por razões de defesa interna e externa da revolução, ainda ameaçada por um mundo capitalista e imperialista. E precisam do Estado como instrumento para a expansão das forças produtivas.

É claro que nessa fase a sociedade ainda não pode preencher todas as necessidades de todos os membros da sociedade num nível igualmente alto. Lidando com homens formados pela sociedade capitalista, o estímulo individual e material ainda é um meio de expansão das forças produtivas. Embora eliminada a exploração do homem pelo homem e a produção já seja feita em bases socialistas, ainda subsiste certa desigualdade herdada do sistema de produção burguês. Esta primeira fase, que Marx e Lênin chamavam de socialista, caracteriza-se nas relações de produção pelo princípio: **"De cada um, segundo sua capacidade, a cada um, segundo seu trabalho"**.

Dizia Lênin que ainda se tratava de uma concepção burguesa, mas posta em prática sem a hipocrisia da sociedade burguesa, onde serve para justificar a apropriação do trabalho alheio. Mas historicamente não é mais do que um ponto de partida para a sociedade comunista, que poderá inscrever em suas bandeiras: **"De cada um, segundo sua capacidade, a cada um, segundo suas necessidades"**.

A ditadura do proletariado na prática

Marx previu que o proletariado, depois da revolução, enfrentará ainda as dificuldades de uma sociedade que acaba de sair do capitalismo e apresenta marcas de origem em todos os seus aspectos, tanto econômicos, quanto morais e intelectuais. O que Marx não previu, entretanto, era o curso que a revolução mundial ia tomar: o fato de se iniciar justamente nos países capitalistas menos desenvolvidos, onde o ponto de partida para a construção socialista era mais desfavorável. Marx não tinha vivido o suficiente para ver surgir o imperialismo, que permitiu ao capitalismo europeu neutralizar temporariamente as energias revolucionárias do "seu" proletariado, e que transferiu a ação revolucionária para as regiões subdesenvolvidas do mundo capitalista.

A primeira revolução proletária vitoriosa se deu na Rússia e foi o próprio Lênin que assinalou as dificuldades que provinham do fato de a construção do socialismo ter de ser iniciada num dos países mais atrasados da Europa. A imensa superioridade numérica dos camponeses sobre os operários dificultava o desenvolvimento da Ditadura do Proletariado no sentido de uma democracia socialista. Antes de morrer, num dos seus últimos artigos, Lênin definia a União Soviética como um "Estado Operário com deformações burocráticas".

As "deformações" viraram degenerescências burocráticas, com o prolongado isolamento da revolução russa. O proletariado russo não só herdou uma sociedade subdesenvolvida, como tinha que vencer o seu atraso por esforço próprio e sem auxílio externo, em curto prazo, para enfrentar a ameaça de uma nova intervenção imperialista. Quando esta se deu, com a invasão nazista, e os operários e camponeses russos derrotaram o Exército alemão,

souberam que seus sacrifícios não tinham sido gratuitos. O preço pago foi o surgimento de uma burocracia que, sob Stalin, cresceu às custas da democracia socialista representada pelos soviets, que tinham se tornado órgãos meramente decorativos. O próprio Partido Comunista da União Soviética tinha se transformado em apêndice da burocracia estatal, tendo perdido sua democracia interna.

O desfecho da segunda guerra mundial, a expansão da revolução socialista para o centro da Europa e para a China, terminou com as bases materiais para o stalinismo, que era produto do isolamento de revolução russa. O caminho de volta, o do estabelecimento da democracia socialista na União Soviética, todavia, é prolongado. Embora a burocracia tivesse de fazer concessões, ela defende os seus privilégios políticos e materiais criando atritos que se manifestam em lutas internas e constantes reformas. A democracia socialista estará restabelecida na União Soviética, quando os soviets tomarem novamente o lugar que Lênin lhes tinha atribuído.

A Rússia não foi o único país economicamente atrasado que fez uma revolução socialista. China e Cuba são outros dois exemplos que marcaram época. Mas embora aos dois países se impõe igualmente o sacrifício de uma acumulação primitiva - obra que nem a burguesia chinesa, nem a cubana realizaram - a situação não foi tão crítica como havia sido a da União Soviética entre as guerras. Em primeiro lugar, a experiência soviética foi uma lição. Tanto a China como Cuba estavam em condições de evitar os erros e sacrifícios supérfluos do passado. Em segundo lugar, as revoluções proletárias não estavam mais isoladas, desfrutando apesar de todas as divergências - de apoio mútuo, senão de ajuda direta. Em terceiro lugar, não estavam perante a dificuldade que a Rússia enfrentou de precisar se defender sozinha contra o mundo capitalista armado.

A degenerescência burocrática da Ditadura do Proletariado na União Soviética foi o resultado de uma situação objetiva criada pelo fato do proletariado dos países europeus industrializados não ter seguido o exemplo de seus irmãos russos. O fenômeno não podia ser superado enquanto a revolução russa continuasse isolada. O único meio de vencer o stalinismo - que na União Soviética estava realizando uma acumulação socialista com recursos precários - era a expansão da revolução mundial. O que os comunistas conseqüentes combateram no stalinismo eram suas repercussões no movimento operário internacional. Combateram principalmente dois fenômenos:

a) A tentativa de transformar em virtude as peculiaridades da construção do socialismo na União Soviética; a tentativa de apresentar a Ditadura do Proletariado como se formou sob condições russas, como padrão universal, aplicável aos demais países. O resultado foram as revoltas nos países da Democracia Popular.

b) A submissão dos partidos comunistas no mundo capitalista às necessidades imediatas da política externa da potência socialista. Foi esse o maior prejuízo que o stalinismo causou à revolução mundial, quando em 1936 sacrificou a Revolução Espanhola em nome da colaboração com uma pretensa "burguesia progressista" do Ocidente e, em 1945/1946, quando se perdeu a ocasião da revolução proletária na Europa Ocidental, em nome da

política de "coexistência pacífica". Os PC's italiano e francês, obedientes a Stalin, em vez de tomar o poder, participaram de governos burgueses, ajudando a reconstruir a economia capitalista européia. Essa atitude, ditada pelo desejo do governo soviético de continuar a colaboração com as "democracias ocidentais" também depois da guerra contra o nazismo, possibilitou a consolidação do imperialismo mundial, tal como o enfrentamos hoje.

Esta lição tem que ser aprendida pelos comunistas de todo o mundo. O comunismo só pode vencer definitivamente em escala mundial. E, na medida em que as revoluções proletárias progredirem, as concepções de Marx e Lênin sobre a democracia socialista e o definhamento do Estado encontrarão a sua confirmação.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞

Aula VIII

CLASSE E PARTIDO

A luta de classe entre proletariado e burguesia, entre trabalho e capital tornou-se hoje o traço fundamental da sociedade moderna. O proletariado procura organizar-se nessa luta em diversos níveis, nas empresas, nos sindicatos, e finalmente formar um partido político, para enfrentar e vencer o sistema capitalista explorador.

As organizações proletárias, todavia, não surgiram prontas. Nasceram na luta, cresceram e freqüentemente mudaram de forma, conforme a intensidade e o grau de consciência dos seus participantes.

As primeiras manifestações dos operários foram feitas contra a introdução de máquinas que vieram a substituir o trabalho manual. Sem ter uma idéia clara das causas da sua miséria e sem saber exatamente um caminho para sair dela, responsabilizaram as máquinas, que faziam concorrência à sua força de trabalho. Esses movimentos espontâneos, que refletem o grau pouco desenvolvido de consciência do proletariado, representam, entretanto, um primeiro indício do desencadeamento da luta de classe entre proletariado e burguesia.

Os operários muito cedo apreenderam a necessidade de se organizar para a luta. Organizaram-se para as greves, e de maneira mais permanente, em sindicatos. Marx, na sua "*Miséria da Filosofia*", descreveu esse processo na Inglaterra, o primeiro país capitalista que produziu organizações operárias, da seguinte forma:

*"A grande indústria concentra num mesmo lugar, uma massa de pessoas que não se conhecem entre si. A concorrência divide os seus interesses. Mas a defesa do salário, este interesse comum a todas elas perante o patrão, as une numa idéia de resistência: **a coalizão**. Portanto, a coalizão persegue sempre uma dupla finalidade: acabar com a concorrência entre os operários para poder fazer uma concorrência geral, aos capitalistas. Se o primeiro fim da resistência se reduzia à defesa do salário, depois, à medida que por sua vez os capitalistas se associam movidos pela idéia da repressão, as coalizões inicialmente isoladas, formam grupos, e a defesa pelos operários de suas associações, diante do capital sempre unido, acaba sendo para eles mais necessária que a defesa do salário."*

A tal ponto isso é certo que os economistas ingleses assombraram-se ao ver que os trabalhadores sacrificavam boa parte dos salários em favor das associações que, a juízo desses economistas, se haviam fundado exclusivamente para lutar em prol do salário. Nessa luta - verdadeira guerra civil - vão se unindo e desenvolvendo todos os elementos necessários para a batalha futura. Ao chegar a esse ponto, a associação toma caráter político.

As condições econômicas transformaram primeiramente a massa da população em operários. O domínio do capital criou para essa massa uma

situação comum, interesses comuns. Assim, então, essa massa já é uma classe relativamente ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta, da qual não assinalamos mais que algumas fases, essa massa se une constituindo-se numa classe em si. Os interesses que ela defende convertem-se em interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política.

Os sindicatos

A luta pelo chamado "direito de coalizão", isto é, pelo direito de organização dos operários, representou o próximo passo do proletariado, que começou a fundar os seus sindicatos. Essas tentativas esbarraram no início com a repressão da burguesia. Na Inglaterra, o berço dos sindicatos, a classe dominante baixou uma legislação draconiana, ameaçando os operários com longos anos de prisão e, inclusive, da pena capital, por tais tentativas de "subversão da ordem existente". Os primeiros sindicatos ingleses tiveram, portanto, um caráter extremamente conspirativo. Os operários se reuniram na clandestinidade, fora da cidade, e, freqüentemente, nos cemitérios, formando sociedades secretas, prestando um juramento de fidelidade e punindo qualquer traição com a morte. As leis de repressão, porém, tornaram-se impotentes frente a tenacidade dos operários em lutas que começam a organizar a maioria da classe e os sindicatos conquistaram a sua legalidade. A burguesia capitulou, mas só concedeu porque percebeu que a luta sindical em si, isto é, a luta por reivindicações econômicas, ainda não representava uma ameaça ao seu sistema. Na maioria dos países capitalistas (embora não no nosso), a burguesia se conformou, após uma fase de repressão fracassada, com a existência de sindicatos livres, que defendam os interesses econômicos da classe operária dentro da sociedade capitalista. Os sindicatos já há muito deixaram de ser pequenas sociedades conspirativas e clandestinas e tornaram-se um amplo movimento que abrange a grande massa dos assalariados na grande e pequena indústria.

Como disse Lênin posteriormente, a luta sindical, embora indispensável, ainda representa uma forma burguesa de luta do proletariado. É burguesa por que os objetivos dessa luta não visam mais do que melhorar a situação da classe operária dentro dos quadros da sociedade capitalista. Trata-se, todavia, de uma forma de luta indispensável para gerar a consciência de classe do proletariado. Para que a luta dos operários ponha em cheque a sociedade burguesa e tome objetivos revolucionários, tem de se tornar política, no sentido de uma política proletária independente e oposta à sociedade burguesa, e isto exige que o proletariado forme o seu próprio partido político, independente e oposto a todos os partidos burgueses.

O partido político do proletariado

O desenvolvimento do proletariado de uma classe EM SI à uma classe PARA SI, da qual Marx já falava foi, de fato, acompanhada na prática pela formação de partidos políticos próprios. Por muito tempo, os operários não conheciam outras formas de organização que não os sindicatos, cooperativas, sociedades de assistência mútua, associações culturais e clubes. Foi somente a partir das atividades da I Internacional, liderada por Marx e Engels, que se

formaram os partidos políticos proletários, a começar pela Alemanha em 1867. A formação desses partidos políticos foi possível em virtude do despertar da consciência de classe, isto é, da consciência do papel que a classe tinha que desempenhar na luta revolucionária. Na prática, o surgimento dos partidos políticos operários foi produto da penetração do socialismo científico, do marxismo, no movimento operário.

Nessa primeira fase da luta política da classe operária, os seus partidos políticos, a sua estrutura e suas formas, refletiam as necessidades históricas da época. Pela primeira vez, a classe explorada da sociedade capitalista, o proletariado, estava forjando o seu instrumento de luta política; a tarefa do momento era reunir em torno de si a classe toda, libertá-la da influência e tutela burguesas e formar a oposição consciente na luta contra a sociedade exploradora capitalista. Não podia ser mais do que uma oposição consciente e combativa, porque naquela época, no século passado, quando a sociedade capitalista ainda estava em expansão, o problema da revolução proletária, da tomada do poder, ainda não estava colocado.

Nessa fase, a estrutura dos partidos operários ainda era bastante frouxa e liberal. Procurou-se formar partidos de massa, bastante amplos, abertos a todos os operários, intelectuais de esquerda, e com uma disciplina interna bastante flexível. Esse tipo de partido (os partidos social-democráticos), que serviu para propagar o socialismo e mobilizar o proletariado dos países industrializados da época da Segunda Internacional, teve o seu auge e sua decadência. Esta se tornou evidente quando, em virtude do aguçamento das contradições da sociedade burguesa, e da transformação qualitativa do capitalismo em imperialismo, o problema da revolução proletária e da tomada do poder pelo proletariado se colocou na ordem do dia.

Foi Lênin que então desenvolveu, na Rússia, o partido proletário de novo tipo - o partido que liderou o proletariado na primeira revolução vitoriosa.

O partido leninista

O que distingue o partido de tipo leninista dos partidos anteriores e dos partidos reformistas, que ainda subsistem? Em primeiro lugar, a concepção do partido como vanguarda da classe operária, que Lênin introduziu. Todo e qualquer partido político é um expoente de interesse de classe, representa uma classe, ou uma facção de uma classe. O partido revolucionário representa o proletariado ou sua facção mais avançada. Mas representar a classe não significa que deve abrangê-la, que deve confundir-se com a massa. Ser vanguarda significa justamente marchar à frente da classe, liderá-la, e isso tem que ser feito pelos elementos mais decididos, mais dedicados e mais capazes.

O que é que torna um partido operário realmente uma vanguarda? Lênin não deixa dúvidas a respeito: "*Somente um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir a missão de combatente de vanguarda*". A condição é, portanto, que esse partido (e isto significa seus componentes) dominem a teoria revolucionária. Lênin não fala em teoria como sendo alguma coisa oposta à prática, como algo que exista para si mesmo ou independente da prática. Teoria, para ele, significa o conhecimento da prática, isto é, o conhecimento das leis sociais (a base científica), da experiência e das

condições concretas de luta ("a política também é uma arte"). Por isso ele insiste: "Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária" e o que é verdade para um partido todo vale igualmente para cada um dos seus componentes: "Um revolucionário frouxo, vacilante nas questões teóricas, limitado em seu horizonte, não é um revolucionário, mas um simples amador".

E é justamente esse aspecto amadorístico das atividades de uma organização revolucionária que Lênin mais combate. Exige que a atividade revolucionária seja uma profissão, que a vanguarda seja composta por **revolucionários profissionais**. Uma profissão é alguma coisa que se aprende e que se exerce e nessas condições os revolucionários devem ser formados:

É necessário dispor de homens que se consagrem especial e totalmente à ação e que esses homens devam formar-se com paciência e tenacidade até que se convertam em revolucionários profissionais.

No processo de formação, deve desaparecer toda separação que inicialmente costuma existir entre estudantes, intelectuais e operários, dando lugar ao revolucionário que se consagra especial e totalmente à ação:

Em face dessa característica geral dos membros de uma tal organização – Lênin se refere ao tipo do revolucionário profissional – deve desaparecer absolutamente toda distinção entre as diversas profissões de uns e outros. Esta organização necessariamente não deve ser muito extensa e é preciso que seja a mais clandestina possível.

A ligação entre a atividade legal e ilegal é outra característica do partido revolucionário da classe operária. É evidente que as condições para as atividades legais de uma organização revolucionária variam de época à época e de país a país. Mas mesmo nas condições mais favoráveis de legalidade burguesa, uma organização revolucionária terá que realizar grande parte de suas atividades em condições ilegais, pois na medida em que ela prepara a derrubada da sociedade capitalista, esta se defende e procura reprimir a vanguarda revolucionária. Somente partidos reformistas, que desistiram da ação revolucionária, abrem mão das atividades clandestinas e confiam na legalidade burguesa.

Finalmente - mas nem por isso característica menos importante - o partido leninista se caracteriza por uma disciplina revolucionária, definida por Lênin como centralismo democrático. Democrático, porque os princípios e a linha política da organização são debatidos, elaborados e votados nas bases, com a participação de todos os seus militantes. Centralismo, porque uma vez debatidas, as resoluções têm de ser postas em prática e defendidas para fora por todos os militantes, inclusive as minorias, caso existirem. É o centralismo democrático que dá à vanguarda proletária a força e homogeneidade necessária para a ação revolucionária contra a máquina de repressão da sociedade burguesa.

Por que todas essas exigências de Lênin, para a formação de um partido proletário? É evidente que as medidas já falam por si mesmas e em parte dispensam explicações. Há, todavia, uma razão maior, uma experiência, que os revolucionários do seu tempo fizeram, que está se repetindo e que se repetirá até que a sociedade burguesa esteja completamente destruída. O próprio Lênin constatou que:

A ampla difusão do marxismo foi acompanhada de certo rebaixamento do nível teórico. Muita gente, muito pouco preparada e inclusive sem nenhum preparo teórico, aderiu ao movimento por uma significação prática e seus êxitos práticos.

Essa gente, que geralmente vem na crista da onda, é impelida por motivos emocionais, são combatentes incertos. Frequentemente desanimam e desertam quando os revolucionários fazem mais falta, nas horas difíceis de crises e reveses inevitáveis.

O seu pouco preparo, todavia, ainda tem outro aspecto. A sua falta de lastro teórico, isto é, a sua formação deficiente, faz com que eles tragam para dentro da organização concepções e ideologias estranhas ao movimento revolucionário. Quando são operários não preparados para a luta, eles se preocupam quase que exclusivamente com os interesses materiais imediatos da sua classe e vêm a luta só sob o ângulo de uma atividade econômica e sindical. Isto pode abrir as portas ao reformismo. Quando são intelectuais da classe média, que não assimilaram a teoria revolucionária, eles trazem para dentro da organização concepções e ideologias pequeno-burguesas de caráter revisionista, populista ou nacionalista – depende do que está em voga no meio da pequena-burguesia, em determinado momento.

Lênin já chamou a atenção para o fato de que com a expansão vitoriosa do marxismo pelo mundo, os seus inimigos perderam as esperanças de combatê-lo de fora. Eles "aderem" à terminologia marxista, para tirar o seu caráter revolucionário, de classe e procura adaptá-lo às necessidades conciliatórias das classes médias. Eis o segredo do revisionismo de hoje.

Três frentes de luta

Por isso mesmo Lênin distingue três frentes de luta para um partido revolucionário da classe operaria.

A primeira frente é a da LUTA ECONÔMICA. Trata-se de estimular e apoiar a resistência do proletariado contra a exploração capitalista, como uma condição indispensável para a organização independente da classe operária. Os instrumentos dessa luta são os sindicatos, que tem de ser mais amplos e abertos possíveis e não podem ser formados com critérios partidários. Os revolucionários devem ser os combatentes mais conseqüentes nos sindicatos e procurar ganhar a confiança dos operários para poder liderá-los. Quando não há sindicatos livres, como acontece entre nós, a luta pela liberdade sindical é uma preocupação fundamental de qualquer movimento revolucionário. Tem de ser iniciada nas fábricas, procurando organizar os operários nos lugares de trabalho.

A segunda frente da vanguarda é a da LUTA POLÍTICA, que só pode ser travada conseqüentemente por um partido revolucionário da classe operária. É no partido revolucionário que se encontram a luta presente e os objetivos futuros; é no partido revolucionário que cada luta parcial é vista sob o ângulo de preparar e levar o proletariado para o assalto final contra o poder da sociedade exploradora. É o partido revolucionário que coordena as forças do proletariado com seus aliados revolucionários da sociedade, principalmente os trabalhadores do campo, os pequenos camponeses e as camadas

proletarizadas de pequena burguesia, sob a hegemonia de classe operária. E finalmente é o partido que coordena a luta do proletariado do país com o partido e as classes exploradas dos demais países na luta global que o domínio do imperialismo mundial impõe.

E como terceira frente, Lênin coloca a da LUTA TEÓRICA, como uma forma de luta distinta das duas anteriores. Trata-se de um lado, de defesa dos princípios do socialismo científico contra todas as tentativas de penetração e diluição por parte dos ideólogos da classe média. Mas trata-se, igualmente, de uma contínua aplicação do método marxista, da teoria na luta diária, para enfrentar as novas situações, para conhecimento dos novos terrenos, onde a luta terá que ser travada. Há, todavia uma característica particular, que distingue a luta teórica das duas outras formas citadas. Tanto no campo das lutas econômicas como políticas, é preciso saber fazer compromissos – quando fortalecem – é preciso saber recuar, para poder avançar de novo. **"Com a teoria, todavia não se transige, não se faz compromissos"**. E é isso que distingue o partido revolucionário do reformista.

Isso, porém, ainda não esgota as tarefas desta terceira frente.

A luta teórica travada pela vanguarda (e freqüentemente dentro da vanguarda), pela constante aplicação criadora do marxismo-leninismo, torna-se **luta ideológica** quando suas conclusões são levadas para dentro da classe operária e seus aliados. É na luta ideológica, na propagação e divulgação dos fundamentos e princípios da teoria revolucionária entre as massas que a vanguarda destrói e combate incessantemente o domínio exercido pela ideologia da classe dominante sobre o proletariado e demais explorados. A destruição da ideologia burguesa sobre o proletariado é premissa e parte do processo de formação da classe operária independente, da classe para si, e condição para que o proletariado tome consciência do seu papel e lidere as demais classes na luta final contra o poder burguês.

Partido e sindicatos no Brasil

O proletariado brasileiro tem uma tradição de luta de mais de meio século. Organizou-se primeiro em sindicatos, em torno da luta econômica contra as formas primitivas de exploração de um capitalismo nascente - essa fase inicial teve como bandeira o anarquismo. Este, trazido pelos imigrantes italianos e espanhóis, era contrário à formação de partidos políticos. Na prática, os sindicatos politizados em grande parte e extremamente combativos chegaram a preencher temporariamente o vácuo da falta de um partido proletário.

Tentativas de formar partidos socialistas, como o Centro Socialista de Santos (1895) e a Partido Socialista Brasileiro (1902) não tiveram maiores efeitos e se limitaram a intelectuais da classe média.

Em 1906, realizou-se o Congresso de fundação da Central Operária Brasileira (COB), que, sob a liderança anarquista, tornou-se a maior organização operária no país, embora já começasse a surgir um sindicalismo reformista que se conservava à parte. A liderança anarquista atingiu o seu auge em 1917, com a greve geral, que simultaneamente marcou o princípio do seu declínio.

Sob a influência da Revolução Russa, iniciou-se a formação de um movimento comunista, que se constituiu em partido em 1922, fundado quase exclusivamente por ex-anarquistas. As bases teóricas do movimento eram bastante fracas. Tradições marxistas praticamente não existiam no país. O único livro editado na época - e assim foi durante anos - era o Manifesto Comunista. Quando o PCB, em 1922, no IV Congresso de Internacional Comunista, pediu a sua admissão, foi-lhe concedido unicamente o status de partido simpatizante. A admissão definitiva na Internacional deu-se no V Congresso, em 1924.

Em 1925, o Partido Comunista do Brasil realizou o seu Congresso, contando com 300 membros no país. O seu crescimento foi lento e seu amadurecimento político, penoso. O que distingue a sua ação nessa época é um certo sectarismo, a doença infantil dos movimentos comunistas, o qual impedia o Partido de desempenhar um papel efetivo nas lutas de classe. Na Revolução de 30, ainda o Partido se nega a intervir, encarando-a como simples reflexo da rivalidade entre o imperialismo inglês e o americano. Mas, com essa atitude, a política do Partido chega a um ponto morto. Para sair do impasse, a Internacional Comunista entrega a liderança do PCB a Luís Carlos Prestes.

Do ponto de vista de uma política de classe, a emenda foi pior do que o soneto, e atrasou historicamente o processo de formação do Partido Revolucionário da Classe Operária, capaz de aplicar as experiências do marxismo-leninismo às particularidades do Brasil e desenvolver a teoria e a prática revolucionária de um modo criador.

Tradicionalmente, a liderança política da classe operária foi exercida, no país, por elementos vindos da pequena-burguesia. Também na primeira fase da existência do PCB, eram principalmente intelectuais da classe média que sustentaram a luta revolucionária. A sua falta de amadurecimento teórico e a juventude do nosso proletariado fez com que eles procurassem compensar a fraqueza do movimento pelo chamado "obreirismo". Os quadros pequeno-burgueses imitavam os operários no modo de vestir, de falar e de viver e esse comportamento teve sua continuação lógica nas atividades políticas.

Com a mudança de orientação inaugurada com a adesão e posterior liderança de Prestes, o Partido caiu no extremo oposto. Agora, abriram-se as portas aos elementos pequeno-burgueses que nem tiveram a preocupação de tornar o PCB uma vanguarda revolucionária da classe operária. Sob o pretexto do combate ao sectarismo, a política do Partido foi adaptada às necessidades e à ideologia de uma liderança pequeno-burguesa, para desembocar finalmente no domínio aberto do nacionalismo reformista e revisionista.

Esse processo começou quando praticamente se diluíram as fronteiras entre Partido e os elementos da Aliança Nacional Libertadora, do 1935 em diante. Já estava bem consolidado em 1945 quando o Partido, saído da ilegalidade, fez a sua aliança com os remanescentes do Estado Novo, e atingiu o seu auge depois de 1958, após a segunda volta de Prestes à legalidade, quando foi inaugurada a fase abertamente nacionalista e desenvolvimentista. A classe operária tinha se tornado massa de manobra de uma política reformista pequeno-burguesa, de voto de cabresto, das alianças oportunistas com facções da burguesia, empreendidas sistematicamente por um partido

que tinha renunciado abertamente à luta de classe, pregando o "caminho pacífico".

A luta sindical

Um reflexo claro dessa situação do PCB foi a sua atitude frente aos sindicatos. Desde 1937, quando Getúlio Vargas inaugurou o Estado Novo, não existem mais sindicatos livres no Brasil. O velho sindicalismo, que tinha se iniciado no país em fins do século passado, foi perseguido e proibido pela ditadura de Vargas, que criou uma estrutura sindical oficial, controlada e dominada pelo Ministério do Trabalho, estrutura copiada dos sistemas fascistas da época, o italiano e polonês.

Quando em 1945 se deu a "redemocratização", a burguesia limitou a democracia às suas instituições políticas, conservando o arrocho sindical, tal como o tinha herdado do Estado Novo. O PCB, por sua vez, de 1945 em diante, se recusou a combater o sistema do Ministério do Trabalho. Esquivou-se de travar uma luta conseqüente pela libertação dos sindicatos, empenhou-se numa política de cúpula e de alianças com o peleguismo e limitou-se à conquista dos sindicatos, sem colocar o problema de sua estrutura. Apoiou Ministros do Trabalho "progressistas" e tornou-se cauteloso diante de Ministros que não eram considerados como tais. Mas nunca tocou na essência do problema - a libertação dos sindicatos do domínio e controle do Ministério.

A ausência de uma luta conseqüente neste sentido - que um Partido Revolucionário da classe operária não pode deixar de travar - fez com que a legislação opressiva estado-novista ficasse intacta durante toda a época da democracia burguesa, quase 20 anos. A ditadura militar de 1964 não precisou criar leis de exceção contra os sindicatos. Bastou aplicar a legislação existente herdado de Vargas.

Nas condições concretas do Brasil, a luta pela liberdade sindical é estreitamente vinculada à da formação de um proletariado independente e livre de qualquer forma de tutela burguesa. E isso não se dará sem a criação de uma vanguarda política da classe, na forma de um Partido Marxista-Leninista. Significa isto que temos que travar a luta no terreno econômico, político e teórico com a mesma firmeza e empenho.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞

Aula IX

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICO DO CAPITALISMO BRASILEIRO

As lutas políticas que tem constituído a história brasileira nos últimos cem anos são determinadas, em última instância, pelas leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista, como este se estruturou no país. Isso quer dizer que precisamos compreender as bases em que se organizou a economia brasileira para percebermos o significado real dos choques políticos, das revoluções, das lutas de classe, dos golpes militares.

O modo de produção em que se assenta a sociedade brasileira é hoje capitalista industrial, isto é, baseia-se na exploração do trabalho dos operários, na acumulação da mais-valia obtida dessa exploração. Mas dizer isso é muito pouco: é preciso acompanhar a forma particular de surgimento e evolução do capitalismo industrial no Brasil. Só assim compreenderemos os problemas concretos que ele hoje enfrenta, suas relações com os resíduos do passado colonial, o peso e o papel da exploração agrária.

Origens do capitalismo brasileiro

O processo de industrialização do país começou de fato no século XX, depois da libertação dos escravos, na última década do século XIX e a formação de pequenas oficinas e artesanatos independentes, em centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

O que caracteriza o surgimento desse capitalismo é que não teve de se impor contra uma sociedade feudal, ou os remanescentes desse feudalismo, como foi o caso de Europa. No Brasil as tentativas de transplantar as instituições feudais da Metrópole falharam desde o início, pois não correspondiam às relações sociais que estavam se criando na Colônia. O Brasil, do mesmo modo como o Sul dos Estados Unidos, foi criado pelo braço escravo e cresceu como fornecedor de matérias primas, primeiro para a Metrópole e depois diretamente para o mercado mundial.

A indústria surgiu assim no bojo de uma sociedade agrária e semicolonial. O que caracterizava a economia brasileira era a produção de mercadorias agrícolas - açúcar, algodão, café - para a venda no exterior. Não havia um mercado interno digno de nota. O que caracterizava a exploração do braço escravo é a pouca importância das cidades na vida econômica (a não ser como pontos de escoamento de bens produzidos no campo), a falta de uma classe média com um peso próprio e praticamente a não existência de um proletariado. Os artigos de luxo para a classe dominante e os artigos de consumo necessários à população eram em geral importados e o resto produzido pelos próprios latifundiários.

Com a abolição da escravatura, os capitais antes destinados à compra de escravos puderam circular em diversos negócios no próprio país, inclusive em

atividades comerciais e industriais. Os grandes contingentes europeus que chegam a partir da abolição irão manter no país uma força de trabalho disponível para o surgimento de uma pequena indústria.

Mas a pequena indústria era ainda apenas um ramo de uma economia basicamente agrário-exportadora. Boa parte das vezes as indústrias eram de propriedade dos mesmos homens que se dedicavam prioritariamente à agricultura - principalmente ao café: os capitais se dirigiam em maior quantidade para as indústrias nos anos em que as exportações agrícolas entravam em crise e voltavam a se concentrar na agricultura assim que mudava o mercado externo.

Quando caíam as exportações agrícolas a produção industrial interna podia progredir não só porque mais capitais eram investidos no setor, mas ainda porque diminuía a capacidade de importação do país. Desse modo ampliava-se um pouco o mercado para a indústria nacional. Com a guerra de 1914/18 e a posterior crise do capitalismo mundial, intensifica-se o processo de industrialização, justamente porque as grandes potências diminuem enormemente suas compras e vendas externas. Aumenta grandemente o número de indústrias de produtos acabados que substituem os produtos importados anteriormente. A indústria que assim se desenvolve mantém uma dupla dependência: do dinheiro acumulado na agricultura e das máquinas importadas dos países capitalistas avançados.

O movimento operário

Com o desenvolvimento da indústria, nasceu o movimento operário no Brasil. Sob a influência de imigrantes europeus e encontrando condições propícias surgiu um sindicalismo de orientação anarquista. O que caracterizava esse movimento era a luta direta contra o poder burguês, fundada na espontaneidade da classe operária a partir da luta econômica e da propaganda de um socialismo utópico, opondo-se à organização partidária e a toda luta política. O caráter semi-artesanal e a dispersão das pequenas indústrias dificultavam uma organização mais rígida da classe operária e favorecia as concepções anarquistas. A fraqueza da classe operária, que ainda não tinha conseguido fazer vingar suas reivindicações em forma de lei, facilitou a penetração das concepções anti-políticas e anti-partidárias dos anarquistas, que confiavam na ação espontânea das massas exploradas contra o Estado opressor. Quando o crescimento e as experiências acumuladas na luta de classe permitiram maior organização do proletariado brasileiro, as deficiências do espontaneísmo vieram à tona e a classe operária ensaiou os seus primeiros passos numa luta política mais conseqüente. Mas, entre a realização do primeiro Congresso Operário em 1906, que criou uma Central Sindical, e a greve geral de 1917, que paralisou a cidade de São Paulo, a burguesia brasileira enfrentou um movimento operário combativo. Esse período representa uma fase heróica das lutas do proletariado brasileiro. A greve de 1917 marca o auge e o início do declínio do anarquismo que chegou a um beco sem saída. Um novo caminho é tentado em 1922 com a fundação do Partido Comunista.

A revolução de 1930

Depois do impulso sofrido com a Primeira Guerra Mundial, o ritmo de industrialização diminuiu novamente e o processo de acumulação primitiva do capitalismo brasileiro encontrava novos obstáculos. Depois de se refazerem da guerra, as grandes potências industriais recomeçaram a colocar os seus produtos manufaturados no mercado brasileiro. O poder político – nas mãos exclusivamente do latifundiário exportador – se mostra completamente desinteressado em tomar medidas de fomento industrial.

Não demora, porém, para que apareçam os sintomas que os dias do domínio das oligarquias latifundiárias estavam no fim. As suas bases econômicas começam a ruir. Vivendo em função do mercado mundial, a economia brasileira, predominantemente agrária, começa a sentir os primeiros efeitos de uma crise de superprodução agrícola em escala mundial e que atinge primeiro os chamados produtos de sobremesa. Começa a esboçar-se o problema da superprodução do café. Defendendo os interesses da sua classe, o governo compra toda saca de café que os fazendeiros não conseguem vender no exterior. Essas compras, para simples estocagem, uma subvenção aos latifundiários pela nação inteira, baixa o nível de vida. Pode-se dizer que todos os trabalhadores do país pagavam para que o governo comprasse sacas invendáveis de café. A partir de 1922 os estoques vão crescendo e, com isso, a crise econômica interna.

As conseqüências políticas não demoram a surgir em forma de movimentos de revolta. A pequena-burguesia urbana que cresceu junto com a concentração da população nas cidades depois da guerra, manifesta a sua oposição ao poder latifundiário que não lhe abre possibilidades de ascensão. Ela é representada principalmente pelos "tenentes". Em 1922 temos a revolta do Forte de Copacabana, em 24 a insurreição de Isidoro Dias Lopes, em São Paulo e no mesmo ano inicia-se a Coluna Prestes. São todos movimentos que exprimem um vago sentimento democratizante e antioligárquico da pequena-burguesia urbana. Na medida em que a crise vai se aguçando, a oposição vai se alargando com a participação da burguesia urbana e mesmo de facções do latifúndio. Em 1929 chega ao ponto culminante, pois o deflagrar da crise cíclica do capitalismo mundial fecha definitivamente todas as possibilidades de venda dos estoques que se acumulavam nos portos do país. A política econômica das oligarquias latifundiárias chega à bancarrota e mesmo parte da velha classe dominante se convence de que a economia latifundiária por si só não garante mais uma taxa de lucro capaz de sustentá-las. À testa de um movimento revolucionário, a Aliança Liberal chega ao poder em 1930.

A Revolução de 30 abre as portas ao domínio da burguesia industrial. Ela não desalojou de vez a velha oligarquia, nem destruiu suas bases econômicas; apenas forçara a participação da burguesia industrial no poder, compartilhando-o com o latifúndio. Neste sentido a Revolução de 30 foi uma **REVOLUÇÃO BURGUESA** e, ao mesmo tempo, uma revolução burguesa traída pela própria burguesia, temerária de levar o processo revolucionário longe demais, pois nas suas costas já se manifestara um proletariado com reivindicações próprias. Para levar essa revolução a um fim conseqüente a burguesia teria de se colocar à testa do movimento nas cidades, apelar para as massas exploradas do campo e destruir o domínio latifundiário pela raiz.

Mas uma década após a primeira revolução proletária vitoriosa, a burguesia brasileira já não se arriscava mais a tanto. Ela preferiu entender-se com os poderes do passado. O novo poder, como saiu de revolução de 30, busca dar condições de desenvolvimento à indústria DENTRO DA COLIGAÇÃO COM O LATIFÚNDIO EXPLORADOR.

Foi essa a última vez que a burguesia brasileira apelou para medidas revolucionárias. Daí em diante, ela não se apóia em métodos revolucionários, ela se impõe na coligação de forças com o latifúndio somente na medida em que cresce o seu peso específico na economia do país; na medida da industrialização e da penetração do capitalismo no campo. Mas, embora a Revolução de 30 lhe tenha aberto as portas do governo, ela se mostra ainda incapaz para exercê-lo, em virtude das contradições existentes na aliança das classes dominantes. Esta iria ainda recorrer à ditadura bonapartista.

O Estado Novo

Os conflitos e contradições entre as velhas oligarquias, a nova burguesia, a pequena-burguesia (os tenentes) e o proletariado, estão na base das lutas políticas dos anos 30. Em 32 é derrotada a contra-revolução do latifúndio paulista. Em 35 é esmagada a pequena-burguesia radical que se alia ao proletariado e se inicia a destruição sistemática das organizações deste.

Por outro lado, as conseqüências da crise mundial propiciam novas condições para a industrialização. Mais uma vez, diante da baixa dos preços dos produtos agrícolas, muitos latifundiários transferem seus investimentos para a indústria. Além disso, como resultado da própria crise capitalista, ficou mais fácil importar máquinas, já que muitas empresas estrangeiras faliam e se desfaziam do seu material a preços baixos. A burguesia deseja a paz interna, que lhe possibilite aproveitar a nova situação social e econômica criada em 30. Sua solução é um "governo forte".

Com o golpe do Estado Novo, em 1937, instala-se a ditadura bonapartista que corta a ameaça de um novo aprofundamento das lutas sociais iniciadas com a Revolução de 30. Enfrentando essa "ameaça comunista", a ditadura Vargas elimina todas as garantias constitucionais, instituições democrático-burguesas, partidos, etc., que são os próprios instrumentos do governo burguês. Mas a burguesia se satisfaz com uma DITADURA INDIRETA, já que esta é exercida ABERTAMENTE contra o proletariado. O Estado Novo reprime não só totalmente o sindicalismo livre, como persegue brutalmente qualquer oposição política do proletariado e da esquerda em geral. Impõe uma estrutura sindical em moldes fascistas, enquadrada no Estado (partes importantes dessa estrutura sobrevivem até hoje), ao mesmo tempo em que reconhece uma série de reivindicações do movimento operário (8 horas de trabalho, direito de férias, aposentadorias, etc). Essa legislação trabalhista visa neutralizar as tradições de lutas revolucionárias do proletariado brasileiro e evitar que a nova geração dos operários, recém chegada do campo e sem experiência política, continue sustentando a bandeira de luta de classe. O ditador, cuja polícia política estabelecia um reino de terror inédito no país, que torturava e matava operários em greve, foi apresentado pelos seus escribas e pelegos como "pai dos pobres", como figura paternalista para a massa dos explorados do país. Com a autoridade assim adquirida, Getúlio

Vargas cria as condições favoráveis para a acumulação capitalista; pacificado o proletariado (pela repressão e pela mistificação), os salários se congelam por muito tempo. Ao mesmo tempo inicia um processo inflacionário, ainda controlado, mas latente, e que será um dos recursos da acumulação primitiva capitalista.

No interior das classes dominantes o Estado Novo, ao mesmo tempo em que mantém os subsídios e proteções ao latifúndio, cria instrumentos de crédito e proteção para a indústria. Entre a antiga estrutura semicolonial de exportação e a produção industrial capitalista estabelece-se uma relação de COMPLEMENTARIDADE. Ao mesmo tempo em que o Estado garante a exploração sobre os trabalhadores do campo o subsidia os latifundiários, desvia parte da renda obtida na agricultura para favorecer o processo de industrialização.

A redemocratização

Em 1945, com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, a burguesia brasileira já tinha ganhado bastante confiança para se livrar de tutelas do Estado Novo. Abandonou a ditadura aberta, preferiu a VELADA, da democracia burguesa, que em troca permitia-lhe exercê-la de maneira mais DIRETA, por intermédio do Congresso. Após a primeira euforia da vitória da "democracia" tornou-se evidente, todavia, que esta só se limitava a classe dominante. A nova Constituição (de 1946) deixou a situação dos sindicatos no mesmo pé em que Getúlio a tinha posto e um ano depois o Partido Comunista foi decretado fora da lei e os mandatos dos seus deputados cassados. Em troca, as inversões americanas começaram a afluir ao país, que se torna mais estreitamente dependente do imperialismo yanque.

Durante o governo Dutra o imperialismo buscou impedir o desenvolvimento de uma indústria de base no país.

O segundo governo de Vargas é uma tentativa da burguesia brasileira de resistir à dependência norte-americana. Mobilizando a pequena-burguesia e o movimento sindical, Getúlio toma uma série de medidas de proteção à industrialização interna, fomentando o capitalismo de Estado, como a Petrobrás. Mas a nova experiência Vargas é arriscada demais para a classe dominante. Em primeiro lugar, ela não pretende criar um conflito frontal com o imperialismo. Em segundo, ainda não vê necessidade objetiva para aceitar novamente uma tutela de um "governo forte" que Vargas procura restabelecer.

A Instrução 113, baixada pelo governo Café Filho e utilizada em todo o governo desenvolvimentista de Juscelino, será o grande instrumento da industrialização através dos capitais estrangeiros. Diante das dificuldades para a importação de equipamentos (o país não exportava o necessário para poder pagar as máquinas em divisas) a Instrução 113 determina a liberdade para que as empresas estrangeiras estabelecidas, ou nacionais associadas a estrangeiras, tragam máquinas sem as tarifas cambiais que oneravam as importações em geral. Tratava-se de um estímulo para a associação das empresas nacionais às estrangeiras. O governo de Juscelino procurou manter todas as garantias para aplicação de capitais estrangeiros e, sob a aliança da

burguesia brasileira e norte-americana, processou-se o grande surto industrial que criou a indústria de base no país.

Um recurso básico para esse novo surto de expansão industrial foi a inflação, já iniciada sistematicamente no Estado Novo, mas acelerada com o governo Juscelino. De um lado, a desvalorização sistemática do meio circulante criava uma procura maior de mercadorias, já que ninguém gostava de guardar economias líquidas por um prazo de tempo maior pelo simples fato de perder o dinheiro. Em segundo lugar favorecia todos os gêneros de especulação e negociatas, que acompanhavam inevitavelmente qualquer expansão em termos capitalistas. E em terceiro lugar - mas nem por isso menos importante - permitia a constante desvalorização dos salários dos operários, apesar dos periódicos aumentos concedidos. Permitiu uma política "populista" do governo de conceder os aumentos e esvaziá-los em seguida pelo processo sutil da inflação. Desta maneira, a política inflacionista permitiu à classe dominante empurrar para as costas dos trabalhadores os custos da industrialização do país.

Saturação e crise cíclica

Porém, toda industrialização em moldes capitalistas se dá em um movimento cíclico: depois da expansão vem a crise. O capitalista, seja ele nacional ou estrangeiro, só produz enquanto tem lucro. Restringe a produção quando o lucro começa a cair. E esse fenômeno se deu justamente no fim do governo Juscelino, quando se esboçaram claramente os sintomas de uma futura crise econômica.

O fenômeno das crises econômicas não era novo para a economia brasileira. O país sofria as conseqüências da quase todas as crises do mercado capitalista mundial (justamente em virtude de sua função de exportador de matérias primas para esse mercado) e a crise de 29 teve repercussões econômicas e políticas entre nós. Desta vez, todavia, a crise não veio simplesmente como conseqüência da situação do mercado externo, tratava-se de uma CRISE CÍCLICA DO CAPITALISMO NO BRASIL, tratava-se de uma saturação do mercado interno. Nos Estados Unidos e em diversos países europeus tinha havido uma crise e queda da produção em 1958/59 que, todavia foi superada por uma retomada da expansão das atividades econômicas. Mas, enquanto os dados estatísticos americanos atingiam níveis inéditos, o ritmo de expansão das atividades no Brasil diminuía lenta mas constantemente, até chegar a estagnação (veja anexo da Aula V, sobre as crises do capitalismo).

Para os nossos "desenvolvimentistas", isebianos e reformistas, o problema da continuidade da expansão industrial se resumia em uma política econômica apropriada. Como ideólogos da pequena-burguesia, eles ignoravam, consciente ou inconscientemente, os fatores e características gerais do desenvolvimento capitalista, vendo o fenômeno da crise meramente sob o ângulo de uma "boa" ou "má" política econômica - ou "popular" ou "anti-popular", como diziam. Partindo do um raciocínio idealista, responsabilizaram as falhas de estrutura do capitalismo no Brasil - o mercado restrito em virtude da virtual não existência de uma capacidade aquisitiva no campo e a dependência do imperialismo - como causas da crise cíclica.

Carecendo de um método marxista, queriam suprimir os lados negativos do capitalismo, para desenvolver os positivos e garantir, desse modo, uma continuidade ininterrupta da sua expansão. No fundo eles lidavam com um capitalismo ideal e abstrato (um capitalismo como não existe em nenhum lugar) e não com o capitalismo brasileiro tal como existia concretamente e como se desenvolveu na época da associação imperialista.

O mesmo não pode ser dito da própria burguesia, para a qual o problema da crise não era mais meramente ideológico. Ela tinha bastante experiência, pragmática e teórica, para saber que o desenvolvimento não era ininterrupto. Embora ela tivesse um interesse material numa contínua expansão das atividades econômicas, pois isso lhe garantia a continuidade da taxa de lucro, ela sabia que na sociedade capitalista não é a expansão econômica que assegura a taxa de lucro e sim esta que regula a expansão. Portanto, sabia também que as reformas não podiam evitar a crise cíclica; seu efeito seria a prazo maior. No momento ela queria medidas econômicas e políticas imediatas para enfrentar a crise - medidas que fizessem os trabalhadores pagar os custos da crise, como antes tinham pago os custos de industrialização.

A experiência do governo Jânio visou essa finalidade; foi eleito por uma coligação da burguesia nacional, pró-imperialista, latifundiária, e que tinha a seu reboque a maioria da pequena-burguesia e mesmo partes do proletariado decepcionado com o reformismo. Como qualquer governo burguês, daí em diante Jânio tinha como programa fundamental uma política de estabilização da moeda (a inflação tinha ultrapassado o ponto crítico, onde favorecia a burguesia) e isso implicava em medidas de congelamento de salários. Em segundo lugar, procurava descobrir desesperadamente novos mercados para a exportação de produtos brasileiros, incrementando relações comerciais com a África e os países socialistas: a base material da sua chamada "política externa independente". Mas quão pouco independente era essa política se mostrou logo no início, quando abriu novamente as portas do país ao FMI, fechadas por Juscelino devido à oposição do organismo internacional de finanças à sua política inflacionista. Em terceiro lugar, procurou modernizar e racionalizar o capitalismo brasileiro e adaptar o aparelho estatal às suas necessidades, pelas "reformas de base".

A experiência de Jânio falhou fundamentalmente porque não era mais possível semelhante programa com métodos da democracia burguesa. Ele enfrentou não só a resistência do proletariado contra a tentativa da baixa abrupta do seu nível de vida, como igualmente diversos graus de oposição dentro da classe dominante contra medidas que afetavam interesses imediatos dos seus diversos setores. Jânio, preso às regras do jogo do Congresso e dos partidos, tentou o golpe e fracassou. A classe dominante ainda não estava convencida da necessidade da ditadura aberta e não estava disposta a entregá-la a Jânio, que na sua rápida ascensão tinha feito concessões populistas, a fim de conquistar a simpatia das massas.

A subida do vice Jango à presidência foi um compromisso, conhecido como a EXPERIÊNCIA PARLAMENTARISTA. De um lado foi uma concessão a um vasto movimento popular, dentro do qual se distingue a força crescente do proletariado, contra as aspirações imediatas das Forças Armadas; de outro, foi resultado das concessões do próprio Jango, que concordou com as

limitações do Poder Executivo. Mediante o parlamentarismo, isto é, o aumento dos poderes do Congresso, a burguesia tentou se assegurar de maior controle direto do governo. A experiência falhou quando se revelou a impossibilidade da classe dominante querer governar mediante seus representantes parlamentares. A experiência só deixou mais claras as contradições existentes dentro da coligação das classes dominantes e o próprio Jango não demorou em aproveitar a situação para restabelecer o tradicional sistema presidencialista.

A fase presidencialista de Jango representa a tentativa de um governo eleito dentro dos padrões da democracia burguesa de resolver os problemas da classe dominante. Prosseguiu ele no programa de solução da crise do capitalismo através de reformas de base. Ao mesmo tempo apresenta um programa de emergência, conhecido como Plano Trienal, que visava enfrentar a crise cíclica. Os objetivos do Plano são fundamentalmente idênticos às metas de Jânio: estabilização do capitalismo brasileiro. O que diferencia o Plano Trienal do seu antecessor é o ritmo das medidas propostas. Jango depende em maior medida do apoio popular para sua sobrevivência. A prática mostrou que estava muito menos credenciado para realizar o seu programa com medidas democráticas de governo.

Sustentando-se no movimento sindical e no apoio de setores reformistas de burguesia, oscila entre os dois pólos, descontenta ambos e vai se esvaziando lentamente. Também ele sabe que a solução é o "governo forte" e começa a preparar o golpe bonapartista. Mas para convencer a classe dominante a lhe entregar o poder, ele tem de se apresentar como líder de um movimento popular, capaz de controlá-lo. Mas esse fator apresenta-se como um risco para as classes dominantes. O proletariado brasileiro não é mais o mesmo do tempo do Estado Novo e há indícios de que ele começa a escapar do controle e de tutela da política burguesa. A classe dominante não está mais disposta a novas experiências populistas. Suas facções se unem e apelam às forças conservadoras da ordem existente. Veio o golpe de abril.

A solução burguesa da crise

A solução burguesa da crise foi posta em prática sob a proteção dos tanques de guerra. O golpe militar selou definitivamente a adesão da burguesia brasileira à política de dominação imperialista. Usando a repressão aberta o governo de Castelo Branco criou novas bases para a exploração capitalista: permitiu o incremento da exploração salarial, sufocou os movimentos camponeses, anulou a lei de remessa de lucros de 62, atraiu novas inversões capitalistas, pressionou a concentração de capitais. No campo econômico pôs em prática a essência dos programas dos seus antecessores sem as concessões populistas, que paralisaram os governos burgueses anteriores.

É nessa perspectiva que se entende o programa econômico elaborado por Roberto Campos e mantido quase integralmente pelo governo Costa e Silva. Imposto pela força o "arrocho salarial" e a "paz social", o programa de racionalização e modernização do capitalismo brasileiro estimula a associação do capital nacional ao estrangeiro, já que a burguesia nacional se sente incapaz de vencer o desnível técnico e econômico, que separam suas indústrias subdesenvolvidas dos padrões internacionais. Atrai os

investimentos estrangeiros através da baixa dos custos internos de produção e de garantias políticas para o capital financeiro internacional. Essa associação sistemática do capital nacional ao capital internacional, processo que devido às relações de forças existentes equivale a uma dominação do capital nacional pelo imperialista, reflete no fundo o próprio grau de concentração do capital que acompanha a acumulação capitalista, e que gera os monopólios. O surgimento dos monopólios nos países atrasados representa o próprio domínio imperialista, devido ao caráter internacional dos monopólios, sediados nos países de capitalismo avançado.

Essas bases econômicas do domínio imperialista no país encontram expressão nas relações políticas entre o Brasil e os Estados Unidos e com os países imperialistas em geral. As doutrinas da "fronteira ideológica" e da "interdependência continental" podem tomar atualidade maior ou menor em situações diversas, mas elas não exprimem mais que a situação criada de uma COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA, isto é, no fundamental uma cooperação na qual os interesses antagônicos existentes, que surgem periodicamente, estão em segundo plano. No sistema capitalista a cooperação entre sócios é uma questão de força; na cooperação entre capitalistas, os mais fortes dominam os mais fracos e estes procuram melhorar a sua situação na associação. Já no governo Costa e Silva a burguesia brasileira se aproveitou de um relativo desafogo interno e dos problemas de burguesia americana para apresentar reivindicações próprias: melhores preços para seus produtos de exportação, o direito de industrializar matérias primas no país e explorar energia nuclear. Trata-se, todavia de choques de interesses que serão resolvidos dentro da cooperação existente entre o capital nacional e o imperialista, cooperação que garante o desenvolvimento capitalista no Brasil e que deve garantir a sobrevivência do sistema contra a ameaça maior das revoluções proletárias e da expansão das forças do socialismo.

A crise geral do sistema

O capitalismo brasileiro pode vencer a crise cíclica, mas não tem perspectivas de superar a sua crise geral. Está de fato saindo do ponto baixo do ciclo – embora isso se dê num ritmo mais lento do que o governo esperava. Uma das decepções do Sr. Roberto Campos foi o “pouco” volume dos investimentos estrangeiros, dos quais ele esperava uma participação maior para a retomada da expansão industrial. Mas o capital imperialista não investe para ajudar a vencer uma crise. Investe sim, na medida em que a crise está sendo vencida e os campos de investimentos oferecem taxas de lucro correspondentes.

Mas mesmo vencido o ciclo da crise e retomada a expansão, não há perspectivas de que, no futuro próximo ou médio, o crescimento atinja no país o ritmo da década de 50. Esta expansão se deu na crista da onda de uma conjuntura de prosperidade do capitalismo nos países imperialistas, aos quais o Brasil vendeu as suas matérias primas e os preços ainda favoráveis dessas vendas financiavam a aquisição de máquinas. A prosperidade do mercado mundial está igualmente chegando a um fim. A Inglaterra está à beira de uma crise, a Alemanha Ocidental passou o apogeu da conjuntura e nos Estados Unidos se discute o espectro do que lá se chama “recessão” Não

há dúvidas que uma crise econômica nos principais países imperialistas repercute novamente entre nós.

Em segundo lugar, há a crise geral do capitalismo brasileiro, que não consegue superar o subdesenvolvimento, diminuindo a distância que o separa dos países imperialistas. O sintoma mais evidente da decadência do capitalismo como sistema social em escala mundial é a impossibilidade dos novos países capitalistas repetirem a façanha dos seus irmãos mais velhos. Apesar de todo o "desenvolvimento" verificado eles continuam o elo mais fraco, explorados pelos mais fortes, dos quais precisam para sobreviver. Mas o sintoma mais evidente da crise geral e latente do capitalismo no Brasil é a sua incapacidade de oferecer à imensa maioria do povo brasileiro um nível de vida, que o torne apto a absorver os bens que o parque industrial já construído no país é capaz de produzir (de "criar um mercado interno", como dizem os economistas burgueses).

Em todos os países capitalistas há uma facção da população que é péssimo consumidor, por falta de capacidade aquisitiva. No mais rico dos países capitalistas, os EUA, essa parte considerada pobre nos dados oficiais, varia de 15 a 25%, conforme as fontes. No caso do Brasil, os pobres, isto é, a parte da população que não tem capacidade aquisitiva para absorver o mínimo de mercadorias considerado como necessário para um nível de vida do século XXI, representa a imensa maioria da população. Esta não participa do "desenvolvimento", nem em sua fase mais acelerada. Para ela o sistema capitalista não oferece perspectiva absolutamente nenhuma de uma mudança de seu nível de vida. E essa maioria está condenada a perdurar na mesma situação social enquanto o parque industrial construído no país se movimentar conforme as leis da produção capitalista - da caça ao lucro.

A completa incapacidade deste sistema social e da classe dominante de indicar um caminho de progresso histórico para o país, coloca na ordem do dia a luta pela mudança das relações sociais, a luta pelo socialismo. A expropriação da classe dominante e dos seus sócios imperialistas torna-se a premissa para a emancipação das massas trabalhadoras da exploração interna e externa. A apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores e a construção de uma economia em bases socialistas torna-se hoje a primeira condição para um desenvolvimento das forças produtivas, que atenda pela primeira vez às necessidades mais imediatas das massas urbanas e rurais do país. A falência das classes dominantes e do sistema que representam coloca na ordem do dia a luta pelo BRASIL SOCIALISTA.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞

Aula X

OBJETIVOS E TAREFAS DOS COMUNISTAS BRASILEIROS

Revolução socialista e proletária

No Brasil, a revolução vitoriosa, levada às últimas conseqüências, tem de ter como objetivo a destruição da sociedade burguesa-latifundiária, baseada na exploração capitalista e na opressão imperialista. Isso quer dizer que temos pela frente uma REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

O desenvolvimento econômico e político do país - e do Continente, pois fazemos parte de uma revolução continental - não deixa mais nenhuma alternativa revolucionária. Revolução significa passagem do poder das mãos de uma classe para outra. A nossa burguesia já estava no poder muito tempo antes de ter apelado para a ditadura militar por incapacidade de exercê-lo democraticamente. Ela há muito tempo renunciou aos métodos revolucionários para mudar as relações sociais por medo do movimento proletário nascente. Ela preferiu o caminho das reformas burguesas (mesmo sob a tutela da ditadura militar), o compromisso com o latifúndio e a associação com o imperialismo, que garante hoje a continuidade da exploração capitalista em escala mundial. Ela abriu as portas aos investimentos do capital financeiro internacional, principalmente ao americano, e se integrou no sistema de "cooperação antagônica", que caracteriza o imperialismo de hoje.

Do mesmo modo podemos dizer que a revolução no Brasil será PROLETÁRIA, ou deixará de ser revolução. Se revolução significa uma mudança no domínio de classe e, concretamente, no Brasil, na derrubada do poder burguês, isso na prática significa a conquista do poder pelo proletariado brasileiro. Qualquer movimento revolucionário, que não resultar na entrega do poder à classe operária ficará, portanto, no meio do caminho, ficará interrompido e levará a uma restauração do poder burguês e com isso, implicitamente, no domínio do imperialismo a ele associado; sofrerá uma contra-revolução.

Significa isso que o proletariado fará a revolução sozinho? Evidentemente que não. Ele a fará em aliança com os trabalhadores do campo e com as camadas proletarizadas da pequena burguesia da cidade - a FRENTE DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO. Mas cabe ao proletariado constituir e liderar essa aliança revolucionária de classe em todas as fases da luta contra a classe dominante (somente o proletariado pode travar uma luta anticapitalista conseqüente) e contra o imperialismo (somente o proletariado é conseqüentemente antiimperialista). Liderará igualmente o Governo Revolucionário que terá de formar para consolidar o processo revolucionário e para enfrentar a intervenção imperialista.

Ditadura do proletariado e governo de transição

O governo da revolução vitoriosa, do Brasil Socialista, não pode ser outro senão a DIITADURA DO PROLETARIADO. Esse é o objetivo da luta de todos os revolucionários conseqüentes. É esse objetivo claro e insofismável que nos distingue de todos os pretensos "revolucionários" populistas e pequeno-burgueses, que em nome de uma "tática" qualquer querem esconder o caráter socialista e proletário da revolução.

Significa isso, todavia, que toda eclosão de um movimento revolucionário já leva automaticamente à instalação da Ditadura do Proletariado? Não: a experiência da luta de classe mostra que a instalação de semelhante governo requer o amadurecimento de alguns fatores. Requer, em primeiro lugar, que o próprio proletariado já tenha tomado consciência de seu papel, isto é, constitua uma classe independente, com objetivos de luta próprios. E em segundo lugar requer que seus aliados do campo e da cidade aceitem os objetivos da luta proletária como único caminho da sua própria emancipação, isto é, que se submetam à hegemonia da classe operária. Se esta situação, de um lado, é produto da consciência e da organização do próprio proletariado e dos trabalhadores em geral, de outro só pode ser resultado de uma crise econômica, social e política do sistema capitalista, que não deixa mais ilusões a respeito de saídas burguesas para os problemas das massas exploradas – só pode ser resultado de uma situação revolucionária.

Situações revolucionárias, todavia, não surgem de vez – elas amadurecem durante a luta de classes e na medida em que esta se aguça. Há momentos transitórios em que as massas revoltadas se tornam de fato donas do país, sem ter consciência ainda do caminho a trilhar e sem tirar as conseqüências da situação. Situações em que a sua força já lhes permite tirar o poder das classes dominantes, embora as relações de forças ainda não permitam a instalação da Ditadura do Proletariado. Nestas circunstâncias, a formação de um governo revolucionário de transição, que afaste os representantes da velha classe dominante e do imperialismo, pode se tornar um passo decisivo em direção à Ditadura do Proletariado. Pode se tomar medidas para destruir as INSTITUIÇÕES DO PODER BURGUEÊS, o Exército, o aparelho policial, etc., armar as classes exploradas e mobilizar todas as forças contra a intervenção imperialista. Semelhante governo, que não terá mais nada em comum com o governo burguês, seja "democrático" ou "populista", será o GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES. Será revolucionário porque terá de tomar medidas revolucionárias para governar e sobreviver. Será dos Trabalhadores, porque somente uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo poderá sustentá-lo. Mas será igualmente um governo de transição, porque terá de se definir: ou dará o passo decisivo para a Ditadura do Proletariado e destruirá as bases materiais do domínio burguês e imperialista, ou perecerá. Nenhum governo dos trabalhadores poderá sobreviver por muito tempo, sem realizar a revolução econômica e social, isto é, a revolução socialista.

Processo revolucionário e tarefa da vanguarda

A tarefa dos revolucionários é preparar o proletariado e seus aliados para a revolução em todas as fases da luta de classe e fazê-la quando as condições tiverem amadurecidas. Como já vimos, a revolução não se dá simplesmente quando os revolucionários querem que se dê. Ela não se dá nem mesmo somente porque a grande massa quer que se dê. Ela é produto de um momento histórico, de uma situação objetivamente revolucionária. O que entendemos por uma situação revolucionária?

Lênin a definiu dizendo que “a revolução somente pode triunfar quando “OS DE BAIXO” NÃO QUEREM MAIS VIVER e os “DE CIMA” não podem mais continuar a viver À MANEIRA ANTIGA...” (na obra “*O esquerdismo, doença infantil do comunismo*”). São situações em que, além disso, ocorrem mobilizações independentes dos trabalhadores. Nessa situação pode ou não ocorrer uma revolução. E esta, nas palavras de Lênin, só triunfará se o proletariado desenvolver ações com força suficiente para derrubar a burguesia.

Essas poucas palavras resumem toda uma concepção MATERIALISTA da história e das lutas de classes, que distinguem os marxistas-leninistas de todas as correntes pequeno-burguesas e idealistas (independente do rótulo que usam), as quais vêem na revolução a realização da sua vontade e das suas idéias. Por isto mesmo esses pequeno-burgueses não preparam a revolução, não criam os fatores que possibilitam a vitória do movimento revolucionário.

A prática leninista, ao contrário, mostra que quando não se prepara o proletariado e as massas trabalhadoras para o papel que terão de desempenhar, as classes dominantes vencem todas as crises do sistema, sem que se dê a revolução. As situações objetivamente revolucionárias passam se não aproveitadas pelas classes exploradas e freqüentemente dão lugar a regimes abertamente contra-revolucionários.

Mobilizar e organizar a classe operária

Preparar a revolução no Brasil significa, portanto, preparar a classe com o potencial mais revolucionário da sociedade – o proletariado industrial – para o papel de liderança que tem de desempenhar; significa, pois, antes de tudo, preparar o próprio proletariado como classe independente.

Já dissemos que, para que o proletariado possa preencher o seu papel, ele tem de criar consciência de classe, tem de se transformar em classe independente, com uma política, uma ideologia e formas de organização independentes e opostas à sociedade burguesa. O papel dos revolucionários é fomentar o processo da transformação da **classe em si** em **classe para si**.

Sem essa tomada de consciência do proletariado, sem a criação da classe independente e de sua liderança de todos os explorados na luta, não haverá verdadeiro progresso no processo revolucionário do país e muito menos revolução vitoriosa. Por isso a preparação do proletariado industrial representa hoje a tarefa fundamental dos revolucionários marxistas e

leninistas e isso os distingue igualmente de todos os matizes de "revolucionários" pequeno-burgueses.

Quais são os meios de mobilização e organização da classe operária? O ponto de partida da própria classe são as lutas econômicas contra a ditadura, que rebaixou violentamente o nível de vida do proletariado. Essa luta econômica, mesmo no início, não pode mais ser travada contra o patrão isolado e tem de ser levada avante contra todo um sistema de "arrocho"; rapidamente ela se transformará em luta política, quando atingir setores decisivos de classe operária.

Os instrumentos apropriados para o desencadeamento dessa luta seriam os sindicatos, se tivéssemos realmente sindicatos operários, isto é, sindicatos livres. A estatização dos sindicatos e seu domínio pelo Ministério do Trabalho faz que o proletariado brasileiro não possa confiar neles como instrumento de uma luta conseqüente. A luta contra o "arrocho salarial", por sindicatos livres, faz parte de mobilização da classe.

A forma organizatória elementar para as lutas operárias é hoje o COMITÊ DE EMPRESA. Temos de organizar a classe pela base, nos lugares onde ela se encontra realmente reunida - nos centros de produção. Os Comitês de Empresa, compostos por representantes dos operários de toda a fábrica, usina ou oficina, só que funcionando de modo permanente - organiza a luta dentro do lugar de trabalho, abrange todo o proletariado, na medida em que se espalha pelo país. Uma vez organizados os Comitês em diversas empresas, do mesmo ramo industrial ou da mesma localidade, criar-se-ão órgãos de coordenação, que permitirão dirigir a luta de facções maiores do proletariado - e do proletariado todo, quando se criarem órgãos nacionais dos Comitês.

Classe e partido

A classe operária não se torna realmente independente sem formar a sua vanguarda, o seu partido político, marxista-leninista, isto é, um partido armado de uma teoria revolucionária de luta. É verdade que já tivemos e temos no Brasil partidos que se dizem da classe operária: o Partido Trabalhista, o Partido Comunista e outros menores.

O PTB, criado por Getúlio Vargas, nunca passou de um instrumento da burguesia para dominar e tutelar o proletariado e evitar que se tornasse uma classe independente. Foi criado para evitar a luta da classe proletária no Brasil.

O PCB, por sua vez, foi fundado há 45 anos, como organização de combate da classe operária, mas durante sua prolongada existência se transformou de organização revolucionária, embora deficiente, em partido reformista; de partido de luta de classes em partido de colaboração de classe. Com seus apoios sistemáticos à burguesia, - a "progressista" em 45 e a "nacionalista" de 58 em diante - adaptou-se à política burguesa, veiculando uma ideologia burguesa no seio do proletariado e atrasando o processo da sua formação como classe. Com sua recusa em organizar o proletariado pelas bases e sua política de cúpula no sindicalismo oficial, com seus apoios e alianças com candidaturas e partidos burgueses, com suas ilusões sobre o

"desenvolvimento pacífico", desarmou o proletariado brasileiro e o entregou sem resistência à ditadura militar.

Foi justamente em oposição a essa política reformista e colaboracionista, que surgimos como organização política. Desde o início era claro para nós que a tarefa fundamental era a formação de um partido revolucionário da classe operária, um partido marxista-leninista, que mobilizasse o potencial revolucionário do proletariado brasileiro. Era claro para nós também que semelhante partido não se criava artificialmente, nem de vez. Só poderia surgir como fruto da luta e durante a luta e que, na medida em surgia, tinha de transformar qualitativamente o proletariado. Essa luta já deu frutos e prossegue hoje em condições muito mais favoráveis. O partido revolucionário da classe operária continua sendo um dos objetivos fundamentais dos marxistas-leninistas do Brasil.

Luta armada e revolução

Os reformistas do velho PCB sustentavam que a luta é pacífica e o movimento de massas chegará pacificamente ao socialismo.

No extremo oposto encontramos os adeptos da "solução armada", independente de uma política de massas. Para estes basta desencadear a luta armada para chegar ao socialismo; as massas aderirão depois.

Os extremos se tocam - já disse Lênin. O que as duas correntes têm em comum, é que ambas não raciocinam em termos de luta de classes; para ambas, as massas representam "o povo", ignorando o papel específico do proletariado. Tanto uns como os outros abandonaram a concepção marxista-leninista de luta armada como a forma mais aguda da luta classes. Enquanto os reformistas revivem as concepções pacifistas do revisionismo tradicional e procuram amortecer a luta de classes, os adeptos da luta armada desligada de uma política de massas, criaram um revisionismo de "esquerda" que procura substituir a luta de classe pela ação armada. Sua negação da luta política do proletariado vai tão longe que negam a necessidade da existência de um partido revolucionário da classe operária e pregam a liquidação de toda uma herança comunista.

Para nós, marxistas-leninistas, a revolução é um processo violento. Nenhuma classe abandona voluntariamente o poder, e as nossas classes dominantes já mostraram na prática que sabem defender os seus privilégios à força. Fazer revolução no Brasil significa tornar o proletariado classe dominante e para isso tem de se arrancar o poder das mãos da burguesia. O momento preciso para a tomada do poder pelo proletariado é o levante da classe, a insurreição. É nesse momento preciso que a classe operária destrói o poder burguês, o Estado, com seus meios de opressão, o Exército, a Polícia, etc., e cria os órgãos de seu domínio, o Estado dos Trabalhadores, a Ditadura do Proletariado, que completa a revolução no terreno econômico, social e cultural.

Toda a nossa luta visa, pois, criar essa situação de insurreição proletária, que não deverá ser pacífica, pois visa armar as massas e tirar as armas das mãos de seus inimigos.

Foco e insurreição proletária

A experiência das lutas de classe na América Latina, isto é, em países com condições semelhantes ao Brasil, mostra, todavia, que a insurreição não é a única forma de luta armada. A Revolução Cubana mostrou que o foco guerrilheiro pode criar as condições para o desencadeamento da insurreição vitoriosa, isto é, para a própria revolução.

Significa isso que o "foco" pode criar essas condições sempre e em todas as circunstâncias? Não. O foco, para desempenhar esse papel, tem de agir como catalisador de um processo revolucionário latente - nas palavras de Che Guevara - como o "*pequeno motor que põe em funcionamento o grande motor*". Isso quer dizer que o foco de guerrilha preenche seu papel, quando acelera o surgimento de uma situação revolucionária.

Mas isso significa também que a ação armada do foco não nos livra da tarefa de preparar, mobilizar e organizar o proletariado para o momento decisivo em toda a revolução: o do levante da classe, da insurreição e do assalto contra a sociedade burguesa-latifundiária. Pois sem esse levante proletário o foco guerrilheiro fica isolado no campo, não atinge o seu objetivo e dificilmente sobrevive. Se o surgimento do foco guerrilheiro impõe, portanto, uma coordenação com o movimento político na cidade, a luta armada na serra exige por sua vez uma intensificação da luta de classe nas cidades. E é no decorrer dessa luta que essa vanguarda se transformará definitivamente em partido revolucionário da classe operária, guiando as massas trabalhadoras para a batalha final do Brasil Socialista e da revolução continental.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞